

MANIFESTO

ELEITORAL

CDS/ALTERNATIVA 76

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Dois anos de Governo de esquerda ou a queda de um mito

- Descolonização e Política Externa.
- Política Interna
 - Tentativa de ditadura comunista
 - Justiça e segurança
 - Administração pública
 - Educação
 - Comunicação Social
- Política Social e Económica
 - Saúde e Segurança Social
 - Trabalho, Sindicalismo e Relações Sociais
 - Economia e finanças
- Balanço

Orientações para quatro anos de Governo do Centro ou três grandes objectivos nacionais: Reconciliação, democratização, reconstrução

- Três grandes objectivos nacionais
- Política Externa
- Política Interna
 - Consolidação da democracia
 - Defesa da democracia
 - Garantias fundamentais
 - Defesa da ordem pública
- Justiça e segurança
 - Reconstrução da ordem jurídica
 - Reorganização do sistema judiciário
 - Combate à criminalidade e sistema prisional
 - Protecção civil
- Administração pública
 - Função pública
 - Reorganização da administração central
- Regionalização
 - Objectivos gerais
 - Açores e Madeira
- Educação
- Comunicação Social
- Política Social e Económica
 - Saúde e Segurança Social
 - Trabalho, Sindicalismo e Relações Sociais
 - A reforma da empresa
 - Associações sindicais e patronais
 - Política de salários
 - Política de emprego
 - Condições de trabalho
 - Administração do trabalho
- Política económica e financeira

CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

Portugal vai ter, finalmente, eleições legislativas!

Para um País que não tem ainda hábitos democráticos com foros de tradição; para um País que não tem ainda sólidas instituições democráticas; para um País que sofreu mesmo, na única instituição democrática existente (a Assembleia Constituinte), poderosos ataques no sentido da sua dissolução, dirigidos por partidos que nela tinham assento; para um País em que a linguagem da liberdade pode ser ainda a do insulto, e não a do esclarecimento; para um País que teve ainda que sofrer a perseguição política; para um País onde a liberdade de expressão não é ainda um direito de todos; para um País que vive ainda o traumatismo e o receio de uma nova ditadura; para um País que começa a sentir, na carne, a ruína e, na mente, o desalento; para um País que confiou no sonho e ia tendo o pesadelo; para um País que ensaia ainda os passos do regime democrático pleno; para este País que é Portugal - as eleições legislativas são bem um acto que se reveste de importância extraordinária.

Trata-se de eleger uma Assembleia que elaborará as leis que irão reger o País. Trata-se de eleger uma Assembleia de cuja maioria sairá o Governo. Trata-se, enfim, de eleger uma Assembleia cujos membros fiscalizarão a actividade do Governo, por forma a garantir que esta se adegue à vontade do Povo.

Tal a importância do acto que todos vamos viver.

Eleições! Mais do que o conformismo de nos ajustarmos a um regime pré-estabelecido, a alegria de, pelos próprios braços, construirmos o nosso futuro. Mais do que um qualquer passo inconsciente, a consciência de um caminho escolhido. Mais do que a indiferença perante o que os outros fazem, o orgulho - e a liberdade - de sermos nós próprios a fazê-lo.

Em linguagem épica, essa é a «gesta» dos portugueses: edificar a democracia, praticando-a; consolidá-la, no respeito e na estabilidade das instituições eleitas; defender-se a si mesmo, defendendo a democracia, que é a voz de si próprio.

É preciso que todos tenhamos consciência disso. É fundamental que todos sintamos como do voto de cada um depende o futuro de todos e de cada um de nós - a correcção do que está mal, a construção do que nos parece bem.

O voto não é um acto inconsciente. É um acto que influi e determina. Por isso, não pode ser maquinal. Por isso, terá que ser ponderado e consciente.

Portugal vive momentos graves, suportando dificuldades e receios resultantes de um longo período de regime autoritário de direita e de dois anos de governo de esquerda.

Os últimos dois anos de gestão socialista: dois anos em que a quimera se passou, a loucura se instalou e a ruína se cavou; dois anos em que tudo se prometeu, muito se consumiu e pouco se fez; dois anos em que se malbarataram as enormes potencialidades contidas na Revolução do 25 de Abril.

Portugal tem hoje que suportar, de tudo isso, os pesadíssimos efeitos e tem que enfrentar, por tudo isso, longas dificuldades de recuperação.

Todos os que, defendendo o socialismo (comunistas, socialistas, sociais-democratas) participaram nos sucessivos Governos Provisórios terão que prestar contas da sua administração. Será necessário exigir-lhes que claramente apresentem e demonstrem o que de bom reclamem ter feito. Não lhes podemos consentir que, tendo sido Governo, se pretendam agora apresentar só como oposição aos males e aos erros de que foram também responsáveis.

Para isso servem as eleições, porque nisso consiste precisamente o exercício democrático - diagnosticar os males, censurar os responsáveis, emendar os caminhos. Feito o balanço aos dois anos de governo da esquerda, impõe-se abrir caminho para uma vida nova, para uma vida diferente, para uma vida melhor.

Se não houver crises políticas graves - o que todos confiadamente esperamos e o País bem merece-, o Governo saído das próximas eleições vai durar até às eleições legislativas seguintes. Ou seja, vai durar quatro anos.

Que deverá fazer o próximo Governo? Como deverá Portugal ser governado daqui até 1980?

Depois de meio século de governo conservador e autoritário de direita, e depois de dois longos anos de desgoverno incompetente e quantas vezes arbitrário de esquerda -que outra alternativa resta aos Portugueses senão a dum governo democrático, moderno e eficiente, do Centro? O CDS é, assim, a alternativa. Nem o regresso ao passado, nem a continuação do presente, mas a construção dum futuro novo e promissor.

CDS - a alternativa 76!

Porquê alternativa? Porque não somos responsáveis pelos dois anos de erros e injustiças que passaram. E porque temos um programa claro, simples, exequível, para pôr em prática nos próximos quatro anos, e diferente dos que foram até agora experimentados - na doutrina, nos processos, no estilo.

Crítica a dois anos de domínio da esquerda; e programa para quatro anos de governo do centro - eis os polos fundamentais da mensagem política com que nos apresentamos ao eleitorado.

Essa mensagem, contida no presente manifesto eleitoral, não será exaustiva, limitar-se-á ao fundamental e deverá sempre ser entendida no quadro da Declaração de Princípios e do Programa Político do CDS.

Completando-a, o CDS divulgará um Plano Global de Reconstrução da Economia e um documento de acção contendo as bases da sua estratégia eleitoral.

Se nos deixarem difundir essa mensagem e levá-la, livremente, junto de cada Português, não temos dúvidas: após o derrube da direita e a seguir ao desastre da esquerda, o Centro vencerá!

**DOIS ANOS DE GOVERNO
DE ESQUERDA
OU
A QUEDA DE UM MITO**

DESCOLONIZAÇÃO E POLÍTICA EXTERNA

Começamos pela *descolonização*.

Apresentada ao Povo Português como um dos objectivos mais nobres da Revolução e uma das suas causas motoras, a descolonização teria de visar, por necessidade elementar de coerência e inescapável imperativo de ética histórica e política, o estabelecimento firme da paz, a promoção e consolidação da democracia, a garantia de uma autêntica representatividade dos governos, o lançamento das bases para uma cooperação duradoura e solidária, que cinco séculos de História e convivência tornavam natural e desejada, e, finalmente, a defesa dos interesses, morais e materiais, das importantes comunidades portuguesas, radicadas desde há várias gerações nos territórios ultramarinos.

A tanto nos obrigavam, por um lado, as responsabilidades contraídas perante a História e o Mundo; e por outro, as indeclináveis responsabilidades assumidas perante os povos das ex-colónias, que haveria que defender contra toda e qualquer forma de opressão ou neo-colonialismo. Para ser libertadora, e coerente, e honrosa, a descolonização teria de fazer-se de maneira ideologicamente descomprometida; balizada pelo interesse real das populações coloniais; servindo a democracia e a liberdade.

Que se fez em vez disso? O CDS, partido personalista, que pondera, sobretudo, os valores e a situação da pessoa humana, não pode deixar de afirmar que a descolonização foi, sem dúvida, o sector da prática governamental -militar e civil- em que maiores e mais trágicos erros se cometeram.

Por incompetência, sem dúvida. Por ambição pessoal e de carreirismo político de alguns militares, certamente. Mas sobretudo porque à descolonização presidiu um claro empenhamento ideológico, que se traduziu no privilégio despudorado concedido a certas facções ou movimentos e, ao nível interno, na criação de um clima de intoxicação demagógica destinado a empolar, no Povo Português, um sentimento exagerado de culpa relativamente ao fenómeno da colonização, que veio a desmobilizar as Forças Armadas, incapacitar as forças políticas responsáveis, calar a voz indignada do povo; o clima, enfim, propício ao abandono puro e simples dos deveres e das responsabilidades e à recusa dos sacrifícios que importaria ainda fazer, durante o período da descolonização, para assegurar a expressão livre da vontade dos povos chamados à independência.

Os resultados deste processo estão à vista: duas guerras civis de trágicas dimensões; centenas de milhares de refugiados, forçados a abandonar as suas terras de origem

ou de fixação e a desfazer as suas vidas. Os mortos. A destruição e a miséria. E sobretudo, a liberdade falhada, as novas e mais duras servidões.

Por isso, a descolonização portuguesa nada tem de exemplar: pelo contrário, foi uma descolonização escandalosa. Porque errada e antidemocrática, porque historicamente falhada.

Portugal fez uma descolonização errada e antidemocrática: por um lado, o povo português não se pronunciou sobre o como e o *quando* da descolonização, nem sequer os debateu. Por outro lado, o que é bem mais grave, às populações dos territórios descolonizados não foram dadas possibilidades de se organizarem livremente e de escolherem aqueles a quem competiria o poder.

Na verdade, em lugar de assegurar o apuramento por via democrática, da representatividade autêntica da vontade dos povos coloniais, Portugal cedeu ao argumento falcioso da representatividade pelas armas e entregou o poder a quem as detinha. Mais, obrigou à corrida às armas, erigidas estas em título de legitimação, e à conseqüente radicalização e alinhamento dos movimentos. Favoreceu ou permitiu que os antigos territórios ultramarinos se transformassem em campo aberto de confronto de imperialismos internacionais e, em vez de o impedir, abriu desse modo, por via das dependências criadas, as portas a novos e mais pesados colonialismos.

Portugal fez uma descolonização historicamente falhada.

Competia a Portugal progredir na História. Não o fez. Porque progredir na história teria consistido em criar em vastas zonas do mundo espaços de liberdade e democracia; em assegurar a povos até então submetidos a formas coloniais uma independência real, respeitadora das respectivas personalidades étnico-culturais e propiciatória do seu imprescindível contributo para a construção de sociedades mais humanas e mais justas. Cabiam aqui pesadas responsabilidades a Portugal: porque se alguém, fora da África, deveria possuir essa compreensão profunda do modo de ser africano e garantir, como dever perante a comunidade dos homens, a genuidade da sua participação na construção de um mundo cada dia mais liberto das opressões imperialistas e dos horrores da guerra, esse alguém era Portugal. Portugal que, com os povos do sul da África, pese embora a fraseologia redutora e irresponsável de certos marxismos, detém uma solidariedade de raízes seculares e nas quais se encontra ligado por laços que puderam sobreviver e reforçar-se, mau grado os períodos mais sombrios da sua história comum.

Ao abdicar perante a violência, Portugal não serviu nem a liberdade, nem a paz, nem a comunidade dos homens, nem os povos de África... serviu tão só a violência e a distorção histórica que a violência representa. Tão-pouco serviu os seus próprios

interesses, que apontariam para uma reforçada solidariedade e para uma cooperação íntima com os novos Estados.

O empenhamento ideológico que presidiu à descolonização, forçando à corrida aos armamentos e ao estabelecimento conseqüente de dependências de natureza neo-colonialista com os imperialismos internacionalistas, dependências que reeditam uma nova e trágica partilha da África, é responsável pelo agudizar das tensões internacionais, pela abertura de novas zonas de instabilidade e pela criação, naquela parte do mundo, de uma área de conflito permanente.

Por outro lado, a forçada radicalização dos movimentos e dos governos e o seu alinhamento, afastou de Lisboa, sem remédio e não se sabe por quanto tempo, os caminhos de África. E se, assim, a propagandeada política de abertura ao terceiro mundo, pela via dos novos estados, se tornou numa falácia inconsistente, também a cooperação, como relação mutuamente enriquecedora, se torna cada dia numa esperança mais ilusória. Deste facto, serão ainda vítimas as centenas de milhares de refugiados, que no regresso condicionado e garantido às suas terras de origem teriam porventura a solução mais próxima e adequada dos seus problemas, para que os sucessivos Governos Provisórios não têm sabido encontrar qualquer resposta séria (nem sequer nos serviços governamentais criados para o efeito), e cuja tragédia se abre, como ferida dolorosa, na consciência do nosso país.

Por seu turno, a *política internacional* seguida pelo Governo português tem um saldo claramente negativo. Não certamente por força da abertura de relações diplomáticas com Países com quem as não tínhamos, o que é positivo, mas pela ausência de resultados concretos e pelas erradas orientações prioritárias em que tem sido desenvolvida.

Portugal é um país latino, europeu, ibérico e atlântico e é neste condicionalismo que a sua política externa deverá ser traçada.

Porém, não foi assim que se fez.

Portugal abriu-se ao bloco soviético, mas não à China, fingindo ignorar que a China é, contra a ameaça do imperialismo russo, um poderoso auxiliar da defesa europeia, que com ela temos seculares relações históricas e que dela somos de certo modo vizinhos através da nossa presença em Macau.

Portugal aproximou-se demasiado do bloco soviético, praticando uma descolonização e uma política externa que foram certamente muito vantajosas para esse bloco, mas não para nós, e consentindo na celebração de acordos comerciais que não salvaguardam devidamente os interesses portugueses.

Portugal esfriou em relação ao Brasil, prejudicando as relações luso-brasileiras, que não são um mero arranjo de Governo, mas um imperativo cultural dos dois povos que deve sobrepor-se às divergências dos regimes políticos.

Portugal distanciou-se da Europa de quem devia ter-se aproximado fortemente por todas as razões e a quem, hoje, mendiga o auxílio que não veio de outros lados, depois de tanto a ter deixado insultar e menosprezar.

Portugal inspirou desconfiança à NATO e enfraqueceu o seu flanco sul, não só por ter deixado dissolver-se as suas Forças Armadas, mas também por ter gerado um ambiente político que não era seguramente favorável à resistência a uma eventual agressão das forças do Pacto de Varsóvia.

Portugal deu cobertura a actividades violentas contra a Espanha, praticando assim uma política de má vizinhança que não serviu os interesses de Portugal, nem sequer favoreceu a nossa solidariedade com o povo espanhol na sua busca de um destino democrático.

Portugal votou nas Nações Unidas a deliberação contra o sionismo, mas daí não soube sequer obter os favores dos árabes, embora com certeza tenha ganho a animosidade de Israel.

Portugal tem sonhado muito com uma política dita terceiro-mundista, esquecido de que há prioridades mais importantes a atender e de que, além de não termos capacidade económica para ajudar o terceiro mundo, este aprecia muito mais uma ajuda veiculada através da Comunidade Europeia do que por intermédio de países isolados. A menos que sejamos nós os mendicantes... Isto para não falar na tese de todo em todo inaceitável, que pretende transformar-nos num país não-alinhado. Portugal tem praticado com as antigas colónias uma grave política de fraqueza, sem defender eficazmente os interesses de Portugal e a vida e os bens dos portugueses que lá viviam ou vivem.

Portugal tem-se, enfim, revelado incapaz de agir no sentido da construção de uma Comunidade Latina ou, ao menos, de expressão portuguesa, que fosse condição de uma eficaz e sólida intervenção da nossa cultura e dos interesses comuns, no contexto mundial.

O Governo português, em suma, não conseguiu fortalecer a nossa posição internacional. Esquecendo-se de que só os fortes são respeitados e que a força, quando não é física, pode sempre ser moral.

Por isso, em consequência daquela política externa, Portugal se encontra cada vez mais só, por muito grande que seja o espectáculo das numerosas delegações diplomáticas. Poucos se interessam hoje por nós. Uns, porque já não querem nada connosco. Outros, porque já tiveram de nós o que queriam. Outros, enfim, porque

simplesmente não confiam nos nossos governantes e na sua política de ambiguidade diplomática.

POLÍTICA INTERNA

Tentativa de ditadura comunista

Após o 25 de Abril implantou-se em Portugal um regime militar que prometeu implantar a democracia.

Cedo, porém, começaram as contradições no seio das Forças Armadas, assim se destruindo o espírito democrático e pluralista que parecia reinar colectivamente no primitivo MFA, para ceder o lugar a diversas correntes de mentalidade vanguardista. Estas, por seu turno, procurando influenciar os acontecimentos de cima para baixo, em detrimento dos demais, envolveram-se em sucessivas confrontações, com o afastamento progressivo daqueles que iam perdendo.

De tudo isto derivou o conhecido aparecimento de uma ditadura de esquerda vanguardista, em lugar do regime neutro pré-democrático a que apontava a Revolução do 25 de Abril. Com responsabilidades de quem manipulou. Com responsabilidades de quem, apesar de alertado, se deixou manipular. Com responsabilidades de quem não soube ou não quis cumprir as promessas feitas.

É, desse modo, que, sobretudo a partir do 11 de Março, mas de acordo com uma evolução que vinha já detrás, e até ao 25 de Novembro, se instala em Portugal o terrorismo do Poder político, a tirania e a arbitrariedade do Poder «revolucionário» esquerdista - e que tem pesadas projecções, embora não únicas, nas sequelas que ainda hoje temos de suportar: o terrorismo, a ruína, a desorganização.

O Poder político usou e abusou do terror. Do terror psicológico, através do controle da informação, tornada deliberadamente agressiva contra as convicções dos portugueses; do terror físico directo, que se traduziu nas prisões, nos saneamentos, na perseguição individual e na prática de toda a casta de arbitrariedades contra os portugueses, recolocados à mercê da tirania do Poder e que enviou para o exílio forçado tantos milhares de compatriotas, destruindo o «capital humano» do nosso País; do terror físico indirecto, exercido através da cobertura que o Poder político deu constantemente, pela sua deliberada inércia, à movimentação de milícias partidárias que sucessivamente iam praticando, na impunidade e até com o louvor e o incitamento de algumas autoridades, toda a sorte de destruições, de assaltos, de saques, de perseguições pessoais, de sequestros, de ocupações selvagens, de roubos de armas, de provocações armadas, de incitamentos ao crime...; enfim, a tirania centralista do

poder do Estado, traduzida na imposição de comissões administrativas minoritárias nas autarquias locais, assim subjugando ao ditador de ocasião o poder local, ao mesmo tempo que contraditoriamente se propalava a espontaneidade de um chamado «Poder Popular» .

Foi o primeiro período da fase leninista do chamado «terror vermelho», que normalmente antecede a guerra civil e a ditadura comunista.

Foi a época dos mandados de captura assinados em branco. Da coacção sobre o eleitorado - «ou votam num sentido, ou fazemos novo golpe». Da propaganda da violência, da morte, do fuzilamento. Da corrida quase permanente aos géneros alimentícios, na iminência de confrontações graves. Da desorganização da produção. Das «unidades revolucionárias» e demais grupos de pressão armados. Da agitação e da insegurança constantes.

Foi o período da guerra como via para a «paz». Da opressão como caminho para a «liberdade». Da tirania como instrumento da «democracia». Da destruição como base do «progresso». Do egoísmo como fundamento da «solidariedade». Da miséria como via para o «desenvolvimento». Da subordinação aos ditames do exterior como concepção de «independência nacional». Do sectarismo de minorias como expressão da «maioria». Da lavagem ao cérebro como «dinamização cultural». Do centralismo totalitário como tradução da «vontade popular». Da demagogia irresponsável como afirmação de «capacidade revolucionária».

Em suma, foi o tempo da violência como instrumento de dominação política e do regime militar, não como passo e garantia para a democracia, mas como passo e garantia para o aniquilamento da democracia e do pluralismo, com vista à instauração de uma ditadura sectária de esquerda. E tudo isto em nome e a pretexto do derrube final de um regime autoritário de direita, tudo isto em nome da «liberdade». A prometida libertação de um Povo transformava-se numa nova forma de opressão, a que só a intervenção militar do 25 de Novembro veio pôr termo.

Justiça e segurança

No campo primordial da justiça e da segurança verificou-se, desde os primeiros momentos, uma crise profunda, a começar na própria consistência da ordem jurídica. As transformações operadas na sociedade portuguesa obrigariam logicamente a significativas alterações na legislação vigente, muito embora o Programa do MFA estipulasse que as grandes reformas de fundo não seriam feitas pelos Governos Provisórios.

Não o foram de facto: mas não porque se tivesse aguardado pelas eleições para apurar o exacto sentido e alcance da vontade popular, consoante tinham prometido os homens da Revolução. Antes, porque, tocados pelo impulso revolucionário de minorias aguerridas, perante a passividade de uns e a cumplicidade de outros, os factos ultrapassaram largamente a capacidade legislativa dos novos órgãos de soberania.

A volatilização da ordem normativa e a primazia dos comportamentos e factos consumados sobre as leis, acarretaram a destruição do edifício legislativo, que aliás não foi substituído por outro, mas desintegrado por explosões sucessivas de fervor revolucionário e desarticulado por enxertos apressados e em regra mal estudados. Assim se esvaziou de sentido a protecção devida pela justiça aos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos - aqueles mesmos direitos, liberdades e garantias por que, justamente se havia clamado durante o antigo regime.

A indisciplina geral surgiu desde o início da Revolução, fomentada por toda uma esquerda utópica e irresponsável, e tolerada, senão mesmo desejada, por uma cúpula militar ingenuamente convencida de que só depois da libertação total de energias e da embriaguez da liberdade seria possível criar um clima de ordem e tranquilidade verdadeiramente desejadas. Por quantos anos terão os portugueses de pagar o preço deste romantismo ingénuo!

Consequências do ambiente assim gerado foram a falta de autoridade dos órgãos policiais e judiciais, bem como o grande aumento da criminalidade.

Lançou-se a imagem das forças de polícia como símbolos de opressão, reduzindo-as à passividade e desarmando-as. Fizeram-se saneamentos arbitrários e injustos. Tolerou-se a criação e funcionamento de tribunais populares, chegando-se ao ponto de se consentir à porta dos tribunais judiciais, simulacros de julgamentos onde se absolvía o assassino por fazer parte duma classe «explorada» pelos pares da vítima. Assistiu-se ao impedimento de julgamentos por força da ocupação das instalações, ao assalto às secretarias judiciais, ao furto de processos considerados injustos. Desprestigiou-se a magistratura, desmotivou-se a polícia judiciária, esboçou-se mesmo a tentativa de interferência militar no funcionamento do poder judicial.

Entretanto, em consequência deste estado de coisas e também do desemprego e, mais tarde, da descolonização, aumentou assustadoramente a criminalidade. Não apenas a criminalidade política, traduzida em boicotes de comícios, roubo e saque de sedes de partidos, sequestro de órgãos da soberania, assaltos a prisões militares e outros actos de cegueira política, nunca investigados e nunca punidos. Mas também a criminalidade comum, em crimes de violência contra pessoas tomam nitidamente o passo aos crimes contra as coisas. Enfim, o enfraquecimento do controle sobre os estrangeiros tem permitido a entrada e a actuação praticamente livre de numerosos

agitadores profissionais a par de indivíduos com cadastro, que procuram no nosso país, em desordem, acolhimento para os seus propósitos incendiários ou impunidade para a sua vocação delinvente.

Durante todo este período, em suma, a esquerda no governo tolerou muito, mas pouco fez. Assinale-se que foram escassíssimos os progressos na modernização do direito privado, na liberalização do direito público, na democratização do sistema judiciário, na reorganização do sistema prisional, na humanização da recuperação social, na eficiência dos serviços para-judiciais.

Administração pública

É notório que a administração pública portuguesa, nos dois últimos anos, pouco ou nada produziu para o Estado, pouco ou nada contribuiu para o progresso económico, social e cultural do país, pouco ou nada cuidou de satisfazer as necessidades essenciais dos portugueses.

Os traços mais salientes da situação actual da administração, estadual e local, são o enfeudamento político, a desorganização e a falta de rendimento.

Antes de mais, o enfeudamento político. Quem esqueceu já o verdadeiro assalto movido às autarquias locais pelos partidos de esquerda e, em especial, por um movimento dito democrático mas que na realidade encobria desde o início os propósitos ditatoriais da minoria comunista ávida do poder? E quem esqueceu também que de uma maneira geral essas situações foram legitimadas e oficialmente reconhecidas pelo Governo Provisório através do Ministério da Administração Interna? E quem esqueceu que os partidos como o CDS se viram impedidos de colaborar na gestão das autarquias locais, mesmo naquelas circunscrições onde os resultados das eleições para a Constituinte lhe foram favoráveis, sob a alegação de que não fazendo parte do Governo e declarando-se até da Oposição, não tinha direito de participar na administração local?

A situação é, aliás, semelhante na administração central, toda ela tendencialmente reservada para os filiados de certos partidos políticos, contra os princípios democráticos da neutralidade política, da não discriminação ideológica e do recrutamento por concurso.

No mesmo sentido actuaram os saneamentos efectuados, que na grande maioria dos casos tiveram em vista afastar funcionários probos e técnicos competentes, para se abrirem vagas que viriam a ser providas por pessoas que não reuniam os requisitos legais exigíveis ou por indivíduos escolhidos em atenção às suas inclinações políticas.

Quanto à desorganização e à falta de rendimento da máquina administrativa, nem vale a pena falar. Eram, pechas tradicionais do aparelho burocrático em Portugal e seria legítimo esperar que os governos, para mais reclamando-se duma mística revolucionária aproveitado a ocasião para corrigir, para reformar, para melhorar. Não foi, porém, assim: as estruturas tornaram-se mais complexas, os serviços mais numerosos, a produtividade mais baixa, a ineficácia mais elevada, os poderes mais concentrados, a irresponsabilidade mais espalhada, as formalidades mais inúteis, os horários mais incómodos.

Nem sequer a tão necessária e urgente regionalização da administração portuguesa foi lançada, como se esperava e a todos os títulos se impunha. Os municípios continuaram pobres, Lisboa e Porto continuaram sem estrutura eficiente e capaz de áreas metropolitanas, o Terreiro do Paço prosseguiu como centro único de decisão habilitado a pôr e dispôr. O VI Governo chegou mesmo a divulgar um projecto de nova divisão regional que, animado dum espírito centralizador e autoritário que se julgaria extinto de uma vez para sempre, propunha a criação de províncias administrativas por agentes nomeados pelo Governo e não por indivíduos eleitos pelas populações locais! Enfim, o funcionalismo público, continuou, como dantes, esquecido e abandonado, e não viu resolvidos os seus principais problemas: muitos funcionários foram perseguidos por não jurarem fidelidade a ideologias minoritárias, o estatuto da função pública não foi revisto, a estruturação das carreiras não teve lugar, nada se fez sobre formação profissional, não se delineou uma adequada política salarial da função pública, não se reformou a precária situação da segurança social dos funcionários públicos.

Também aqui, os excessos de politização partidária destruíram a coesão, a eficiência e a operacionalidade do sector público. Podem ter ganho com isso alguns partidos na sua luta pelo Poder: o Estado, a Democracia e o País, contudo, só tiveram a perder.

EDUCAÇÃO

O ensino, por seu lado, foi um dos sectores da vida nacional mais sacrificados pelo Governo, que aqui, em lugar de governar, mais não fez do que deixar passear a anarquia, agravando-se ainda mais a já muito débil estrutura educativa existente em Portugal antes do 25 de Abril.

O sistema escolar enfrenta, na verdade, o colapso total, como reflexo da desordem que nele se instalou. Não é só a indisciplina generalizada em que os confrontos políticos permanentes e violentos fizeram mergulhar as nossas escolas, é também a ausência de autoridade dos professores e a política injusta que o Governo tem

seguido, em relação a estes: quer por os não defender eficazmente quando impedidos, algumas vezes sob ameaça física, de dar as suas aulas; quer por considerar quase em pé de igualdade professores sem habilitações e aqueles que têm vários graus de especialização e preparação pedagógica, arruinando, assim, cada vez mais, a já desprotegida classe que o professorado era.

Por outro lado, a degradação da vida escolar atingiu níveis preocupantes, de tal modo que, em muitos estabelecimentos de ensino, não se ensina a ciência, mas aprende-se a prostituição e a droga.

São essas escolas, onde reina a anarquia e se incentiva a incompetência e a degradação, que o Governo põe à disposição dos jovens portugueses? É com o regresso a um primitivismo selvagem, que algumas escolas bem ilustram, que procura construir-se o futuro do País?

Não fosse a tenaz e corajosa luta que as associações de pais têm desenvolvido, tantas vezes deparando com a incompreensão e a hostilidade das autoridades, e a anarquia e a degradação teriam certamente atingido cumes insuspeitáveis.

Por outro lado, a transformação irresponsável das escolas em laboratórios de ensaio de «métodos de avaliação de conhecimentos», foi a desculpa demagógica encontrada para a incompetência. O País não progrediu e, pelo contrário, recuou significativamente, já que as escolas mais não fizeram do que avaliar a ignorância e a preguiça, em lugar de ensinar como lhes competia. E, se algum professor, mais apto e consciente decidia reagir, logo choviam os insultos e as perseguições com rótulo político, que alguns se dedicavam a cometer e o Governo a consentir.

Os estudantes ficaram a saber cada vez menos. Os jovens ficaram cada vez mais confusos, perante a promoção dos valores negativos de que a escola passou a ser espelho. O País ficou culturalmente mais pobre e o futuro ameaça incompetência e ignorância.

O mesmo se diga do sistema de gestão encontrado. Se este significava, formalmente, e em teoria, um progresso, o Governo não teve sequer a capacidade de decisão e de autoridade para prosseguir até ao fim, ao menos no sistema que ele próprio tinha escolhido.

De tal forma que as novas fórmulas de gestão se tornaram, em não poucos casos, na ausência total de gestão e abriram as portas à arrogância e ao arbítrio dos mais inaptos e dos incapazes.

Enfim, deram-se pesadas machadadas na liberdade do ensino.

Perseguiu-se o ensino particular, em lugar de, como convinha, o situar num novo sistema escolar coerente e justo, em que o pluralismo educativo fosse garantia de liberdade, de criatividade e de progresso.

Mas o mais grave de tudo é que o Governo não procurou apenas construir o monolitismo do ensino, do ponto de vista das instituições escolares. Procurou tornar monolítico o próprio conteúdo do ensino, marxizando os programas, os livros, as aulas. Ora, se entendermos que um dos objectivos foi transformar as escolas em instrumentos de lavagem cerebral marxista dos jovens portugueses, compreenderemos melhor por que se consentiu tanto na anarquia - é que tanto fazia que os alunos ingerissem o marxismo nos livros e nas aulas, como nos jornais de parede ou nas «lutas de classes» entre estudantes e professores...

Apostou-se, de facto, no sacrifício de uma geração de portugueses. As escolas, que já eram satisfatoriamente formativas, tornaram-se largamente deformativas!

Entretanto, que fez o Governo em matéria de educação pré-escolar? Quantos jardins de infância abriu, quantos centros de preparação de educadores de infância pôs, a sério, em funcionamento?

Na educação pré-escolar, tal como na educação dos deficientes continua o jogo do empurra, o jogo das competências: se é o Ministério da Educação que faz; se é o Ministério dos Assuntos Sociais que realiza. E as crianças continuam sem educação pré-escolar e os deficientes e diminuídos sem educação especial.

No ensino primário lançou-se, a pretexto da nova pedagogia, programas que originam a reprovação da maioria dos pais e dos professores. Para cobrir a manobra, criou-se o sistema das duas fases em substituição do sistema das quatro classes. Poder-se-á amanhã dizer que as repetências no ensino primário diminuíram, porque as «taxas» vão dar esse resultado. Mas à custa de quem? Afinal, das próprias crianças. As estatísticas de «produtividade» do ensino primário vão pois, falsa e ilusoriamente, melhorar. Mas o ensino primário, entretanto, degradou-se ainda mais.

E a escolaridade obrigatória? Quando nos dizem os governantes alguma coisa sobre o ritmo de cumprimento da escolaridade obrigatória de 6 anos? Que estão a fazer para que se possa ampliar a escolaridade para 9 anos? E quando se verificará isso?

O serviço cívico, entretanto, que é? E as Universidades em que se transformaram salvo, porventura, as novas? E a investigação científica para onde vai? E a expansão e criação cultural onde estão? E uma política de juventude, não partidária, nem discriminatória, onde a encontramos? Sem plano, sem política, sem organização, sem estruturas, a educação nacional tende a ser, cada vez mais, manutenção de injustiças, consentimento da anarquia, projecção da incompetência, ruína do futuro da nossa juventude.

E já não nos referimos ao analfabetismo de que tanto se falou e para cujo anulamento tão pouco ou nada se fez. E já não falamos de uma política integrada de formação profissional que continua a não existir. E já não falamos dos tímidos passos dados em

matéria de formação de agentes de ensino e desse escândalo de desorganização que é o problema da colocação dos professores, pedra angular de todo o sistema educativo.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os órgãos de informação enfim libertos da tutela da censura por essa fundamental conquista que foi o reconhecimento da liberdade de expressão foram um dos sectores que mais directamente sofreram o tenso clima político que se viveu em Portugal. Tendo nós, de facto, vivido mais em guerra ideológica do que em pluralismo democrático, e sendo a informação um instrumento fundamental da vida pública moderna, a Imprensa, a Rádio e a Televisão viveram com uma intensidade inaudita as lutas pelo poder e, de manipulação em manipulação, foram transformadas em veículo de lavagem ao cérebro e, por conseguinte, em trampolim das minorias não-democráticas no acesso ao poder ditatorial.

A Imprensa, quase toda a imprensa nacional, esteve durante muito tempo tomada por elementos comunistas ou de extrema-esquerda, que davam da informação um tratamento sectário e sistematicamente distorcido e que contribuía de forma regular e contínua para atacar os adversários, para obliterar a verdade e para criar artificialmente sucessivos climas de golpismo, de denúncia e de medo. Jornais houve que foram roubados a quem os detinha sem grande preocupação dos governantes. Não sucedeu o mesmo com a enorme maioria da imprensa regional, que teve a coragem de se manter igual a si própria, digna, vertical: por isso se lhe moveu tremenda campanha demolidora, que em dada altura esteve prestes a levar a melhor sobre esse baluarte da liberdade de expressão das comunidades locais e de relevantes sectores espirituais.

A Rádio também não escapou à fúria esquerdista e foi quase totalmente controlada por elementos partidários, incumbidos a cada momento de encenar os ambientes de crise, de lançar as manobras de intimidação, de repetir até à saciedade palavras de ordem dirigidas à destruição de todas as resistências psicológicas. A Rádio Renascença foi ocupada por uma minoria extremista e os governantes, que primeiro se não afligiram com isso, pareceram depois interessados em entregá-la à Igreja Católica, sua legítima proprietária, mas depressa recuaram perante algumas-centenas de manifestantes que se opunham a uma devolução, que aliás não era do agrado das forças militares chamadas à solução do caso.

A Televisão, essa, atingiu o paroxismo da manipulação partidária, da sistemática lavagem ao cérebro, da intoxicação política permanente. Nenhuma regra democrática

foi regularmente cumprida. Os direitos das minorias, e mesmo sob muitos aspectos os das maiorias, não foram convenientemente respeitados. E se, durante a campanha eleitoral de 1975, todos os partidos puderam exprimir-se nas breves intervenções que lhes foram consentidas, já os noticiários relativos ao decorrer da própria campanha foram duma parcialidade notória, tal como os demais programas condicionantes da opinião pública. O CDS, por exemplo, o quarto partido português segundo as eleições do ano passado e o maior da Oposição, não teve o direito de se pronunciar regularmente na televisão sobre a política do Governo ou sobre os problemas económicos e sociais, como seria normal numa democracia que se queria pluralista.

A Imprensa, a Rádio e a Televisão, salvo raras excepções, prestaram pois um mau serviço ao País, apostadas que estavam em liquidar a democracia nascente.

Muita coisa mudou, é certo, com o 25 de Novembro. Mas alguns dos traços mais negativos do período imediatamente anterior subsistem, em particular no que se refere aos direitos dos partidos não pertencentes ao Governo e, dum modo geral, no tocante à expressão de pontos de vista políticos, sociais e religiosos que incomodem ou prejudiquem as forças instaladas no Poder. Só a verdade oficial consegue, em regra, atravessar a censura interna de quase todos os órgãos da informação; as críticas da Oposição são cuidadosamente depuradas dos seus aspectos mais contundentes ou deliberadamente reduzidas aos pontos menos polémicos; e as notícias relativas às declarações ou aos comícios dos partidos não governamentais são sempre condimentadas com críticas, com comentários, com gracejos que seriam aceitáveis a nível partidário, mas são de todo inadmissíveis em órgãos que, por serem estatizados, pertencem à colectividade nacional, são sustentados por todos os contribuintes e devem por isso manter-se neutros e imparciais.

A situação da chamada grande informação, quase integralmente nacionalizada, levanta também, por seu lado, sérias objecções. O Estado herdou os «deficits» das empresas jornalísticas e não tem conseguido diminuí-los, antes pelo contrário.

Ora, também aqui o socialismo não é positivo. A Imprensa estatizada não beneficia as finanças do Estado. O estatismo informativo não favorece a independência e o equilíbrio da informação, colocando esta na dependência da discricionariedade total de quem, mais partidarista ou menos partidarista, mais liberal ou mais autoritário, se encontre porventura no Governo.

Se a informação governamental é seguramente útil nas democracias, ela não pode jamais assumir as dimensões gigantescas que assume na actualidade em Portugal - sob pena de, por via do dirigismo informativo, colocar a democracia à mercê do arbítrio governamental e, para mais, fazendo suportar os custos dessa informação parcial

indistintamente a todos os cidadãos, quer a queiram ou não queiram, quer nela acreditem ou não acreditem.

Aspecto igualmente importante da comunicação social e da política governamental neste sector é o referente ao cinema, no qual há que condenar a onda de pornografia que o inundou, por forma a deter quase o monopólio integral das salas de espectáculo. Este é um aspecto claramente revelador daquilo a que conduzem os raciocínios materialistas - a degradação completa dos valores humanos.

De um lado, o materialismo marxista, que vê na pornografia um instrumento de desagregação da sociedade ocidental, de alienação humana e de destruição da moral. Do outro lado, o materialismo capitalista, que é conduzido a tudo vender, motivado como se encontra pela sofreguidão do lucro.

E o Governo a permitir, com indiferença, o lançamento e o agravamento deste estado de coisas, fechando os olhos à comercialização da mulher, à degradação dos costumes, ao rebaixamento da dignidade do seu humano.

Nem se diga que a pornografia é o reflexo da crise da moral. Muito pelo contrário, há sintomas notórios de que a pornografia é a busca e o fomento deliberado de uma crise da moral.

POLÍTICA SOCIAL E ECONÓMICA

Saúde e Segurança Social

Logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, processaram-se, no sector da saúde, dois movimentos distintos.

O primeiro arrancava, com redobrada esperança nas promessas de justiça da revolução triunfante e exprimia, com vigor, a consciência de que era preciso suprar as insuficiências da política da saúde até então vigente. Insuficiências que se detectavam imediatamente nas estatísticas sanitárias que situam Portugal, também neste sector, ao nível dos países mais atrasados da Europa. Insuficiências que se exprimiam no viver de toda a gente, sobretudo das classes mais desfavorecidas, na perplexidade da procura sem fim de cuidados para um doente, sem conseguir encontrá-los, num labirinto de muitos serviços, todos pobres, que afinal muito pouco podiam efectivamente oferecer e realizar. Insuficiências que se traduziam na ausência de mecanismos mínimos para se evitar a doença antes da mesma se verificar, para detectar deficiências, diminuições e anomalias antes das mesmas se agravarem, para impedir as epidemias antes das mesmas eclodirem.

Exprimiu esse movimento a inclusão no programa do I Governo Provisório do estabelecimento de um Serviço Nacional de Saúde. Mas o Serviço Nacional de Saúde foi tema de estudo, de análise e de reflexão: não foi objectivo vigoroso de acção política. E, entretanto, o próprio Ministério dos Assuntos Sociais, responsável pelo seu lançamento, espera, há meses, que alguém, por fim, se dedique à sua efectiva reorganização.

O segundo movimento decorreu da escolha dos serviços de saúde, nomeadamente de muitos hospitais, para campo de luta das «vanguardas revolucionárias», em ordem à ocupação das suas posições estratégicas.

Um pouco como por toda a parte - mas em lugares aonde, porventura mais do que em quaisquer outros, é imperativa a tranquilidade e a neutralidade política - sucederam-se plenários, saneamentos e tensões entre o pessoal que para aí transpunha as tácticas que então se utilizavam nas empresas, uma ou outra vez apoiadas mesmo por militares armados e instrumentalizados pelo desvio político.

Os servidores da saúde - quantas vezes contra a sua vontade e o seu sentido deontológico - absorvidos quase completamente pelas lutas que entre si se processavam, mal conseguiam ter atenção para algum caso mais grave. O pretexto podia ser a gestão dos estabelecimentos de saúde ou qualquer outro, mas o resultado era sempre o mesmo. Não passou a haver melhores garantias da concretização do direito à saúde, não passou a haver melhores serviços, os doentes não passaram a conseguir tratamento mais adequado, nem se estabeleceram sequer caminhos ou métodos que a isso pudessem conduzir.

Como resultado de tudo isto, a protecção sanitária continuou incipiente, a rede de cuidados primários de saúde e hospitalares não melhorou, a reabilitação médica e social de diminuídos e deficientes não progrediu, a protecção materno-infantil e as acções de saúde escolar não avançavam, a investigação estagnou.

Mas tal como em matéria de política de saúde, as profundas alterações verificadas na estrutura da sociedade portuguesa durante os dois anos de gestão socialista não traduziram qualquer melhoria real da situação da população, e, em particular, dos grupos mais desfavorecidos, no domínio da segurança social. Bem pelo contrário, a precaridade dessa situação não deixou de acentuar-se, como reflexo de descalabro geral da economia, (que aumentou o desemprego), dos erros de gestão das instituições de previdência (que transformaram activos confortáveis em défices dificilmente recuperáveis) do aumento em flecha do custo de vida (que sugam os aumentos salariais quantas vezes conquistados a pulso) e da inoperância dos sectores governamentais responsáveis pela qualidade de vida (que continuam incapazes de estabelecer políticas coerentes e integradas). A conclusão de tal estado

de coisas é evidente: são os sectores mais desfavorecidos da sociedade portuguesa que mais duramente irão suportar os custos de uma revolução que se fez também e, sobretudo, em seu nome e para solução das injustiças sociais que marcavam a sua condição.

Particularmente dramática é a situação dos desempregados, das viúvas, dos órfãos, dos reformados, a que vieram agora juntar-se centenas de milhares de famílias desalojadas das ex-colónias, para as quais se não vislumbram de imediato possibilidade de emprego e que terão, elas também, de confiar, para satisfação das suas necessidades mais essenciais aos sistemas de segurança colectiva.

Entretanto, os passos dados no sentido da criação de um sistema integrado de segurança social foram quase nulos, continuando os vários regimes de previdência a coexistir paralelamente e de forma desarticulada do sistema de saúde, sem abranger ainda sectores muito importantes da população activa.

Trabalho, Sindicalismo e Relações Sociais

Por seu turno, a política do trabalho foi durante muito tempo essencialmente orientada num sentido que, de modo objectivo, parecia visar a destruição da economia nacional, comprometendo a defesa autêntica e efectiva dos interesses dos trabalhadores e deixando afinal na sombra conquistas tão importantes da Revolução como o reconhecimento do direito à greve.

As forças políticas interessadas, manipulando descaradamente os trabalhadores, estimularam e empolaram os conflitos sociais, agudizaram as lutas de classes, politizaram as greves, provocaram aumentos salariais em muitos casos inoportáveis, arruinaram numerosas empresas, sanearam sem fundamento milhares de técnicos e de gestores competentes - pela transposição de uma ética revolucionária para as relações de trabalho, como se a demolição das empresas portuguesas, a paralização da produção e o crescimento do desemprego fossem objectivos justos duma santa cruzada ideológica. E tudo isto, ao mesmo tempo que, em certos sectores, se brandia o «slogan» da «batalha da produção».

A destruição do tecido social, a inviabilização das empresas através do esfacelamento dos seus órgãos internos de direcção, a intervenção sem regras e sobretudo sem escrúpulos da administração do Estado nas relações sociais, as distorsões anárquicas do leque salarial ao sabor das relações de força reivindicativa, a criação de monopólios sindicais ou a aceitação da herança corporativa sob fachada progressista - tudo faz parte do balanço altamente negativo da acção do Estado neste período.

As consequências políticas, económicas e sociais desse comportamento

irresponsável são incalculáveis.

Não se reformou a empresa: destruiu-se a sua operacionalidade. Promoveu-se a inviabilidade da gestão empresarial através da intervenção de falsas vanguardas sindicais, que a um tempo pretendem gerir ou controlar a empresa e rejeitar as responsabilidades dessa gestão ou controlo. Caiu-se na fragmentação dos poderes e na irresponsabilidade das funções, minando-se por dentro as células económicas. Não se criaram esquemas válidos de participação ou de controlo dos trabalhadores na gestão e nos resultados da empresa: apelou-se apenas para formas inorgânicas de intervenção espontânea, que mais não produziram do que a hipervalorização das tensões de classe no seu âmbito.

Não se valorizou o sindicalismo português: se a liberalização e expansão dos sindicatos foram conquistas importantes, logo decretou autoritariamente a unicidade sindical e se partidarizaram as suas actividades. Os trabalhadores foram empurrados para uma luta interna pelo poder nos sindicatos tendo como objectivo, não o debate de orientações sindicalistas e de pessoas com vocação sindical, mas o confronto divisionista sobre linhas partidárias e sobre a pertença aos partidos políticos dominantes. Este fenómeno pode arruinar por completo o sindicalismo português, se os trabalhadores, alijando as tutelas que lhes querem impor, o não eliminarem e se não desprezarem, na busca duma união voluntária e consentida, as fórmulas legais de um monopólio sindical criado por certo Poder dominante apenas para eternizar o domínio da estrutura corporativa de que se tinha apoderado.

Não se pacificaram as relações colectivas de trabalho: os poderes públicos e os meios de comunicação social foram, sem dúvida, os maiores agentes da desestabilização social, enaltecendo as lutas laborais em tom épico e melodramático, como se a desestabilização social constituísse a ideologia do Estado.

Por efeito da manipulação já referida, os sequestros de pessoas e os boicotes, sabotagens e usurpações de empresas tornaram-se realidade quotidiana, perante a passividade cúmplice dos Governos e a exaltação irresponsável de certos órgãos da informação. Ignorou-se, assim, o valor da paz social e da solidariedade humana.

Não se caminhou no sentido da justiça salarial: se é certo que houve importantes passos teóricos no sentido da limitação do leque salarial (fixação de salários mínimo e máximo), a verdade é que, para além de aumentos mais ou menos espectaculares de remunerações, logo de seguida, e em muitos casos, neutralizados por iguais ou maiores aumentos do custo de vida, foram aprovadas ou impostas discrepâncias gritantes de níveis salariais, que muito contribuíram para criar situações explosivas de mal-estar e de conflito entre diferentes camadas de trabalhadores. Fez-se uma política salarial demagógica, em que por força do poder reivindicativo de certos sectores,

aliado à receptividade sem critério dos Governos, se sacrificaram exigências elementares de justiça relativa.

Em suma, fez-se uma política de trabalho anti-económica, antidemocrática e, por isso mesmo, suicida. As suas principais vítimas acabarão por ser, precisamente, os trabalhadores - através da crise económica consequente e, em especial, do desemprego e da inflação. E, assim, ao sistema paternalista, falso e hipócrita e anti-democrático do corporativismo oficial, sucedeu o sistema do paternalismo de vanguardas auto-proclamadas, de falsidades reivindicativas, de hipocrisias governamentais, na geração de um aparente espontaneísmo, afinal, também ele, antidemocrático, explorador e não-libertador.

Economia e Finanças

A Revolução do 25 de Abril, que podia ter transformado positivamente a economia portuguesa, lançando-a nos caminhos do desenvolvimento económico, social e cultural, não o fez. E em vez de explorar ao máximo as potencialidades que ela própria gerou, orientando-as no sentido do progresso, deixou que todas ou quase todas se perdessem.

É certo que a economia portuguesa, tal como o antigo regime a deixou, sofria de muitos vícios e carecia de grandes correcções. Mas a Revolução criou justamente condições óptimas que permitiriam eliminar os defeitos e fazer as reformas necessárias. Tais condições não foram, porém, aproveitadas.

É preciso que o Povo Português tenha consciência das novas potencialidades abertas pelo 25 de Abril a uma política realista de desenvolvimento, executada nos quadros de uma democracia pluralista, e, por contraste, da situação em que se encontra hoje em dia, ao fim de dois anos de governo incompetente da esquerda.

Moeda: Portugal teve, objectivamente, uma moeda forte alicerçada em sólidas reservas e em balanças de pagamentos superavitárias.

Portugal deixou de ter uma moeda forte. Nos mercados estrangeiros, o escudo teve uma desvalorização de facto muito substancial em relação às taxas de câmbio estabelecidas pelo Banco de Portugal.

Balança de pagamentos: Portugal dispunha de amplas reservas em ouro e divisas que lhe deveriam ter permitido lançar-se no desenvolvimento acelerado, adquirindo equipamento e técnica sem necessidade de mendigar auxílio estrangeiro, e cessando de uma vez por todas com uma política de entesouramento que não se encontrava ao serviço da economia e que caucionava sobretudo as guerras de África.

Em Abril de 76, a balança de pagamentos aparece grandemente deficitária, pela quebra das nossas exportações, diminuição do fluxo turístico, redução de remessas de emigrantes e aumento do valor das importações. Os déficits da balança de pagamentos esgotaram praticamente as nossas reservas em divisas e já começaram a forçar a delapidação do nosso ouro, na medida em que o ouro, que está a caucionar os empréstimos externos, vai fatalmente ter de ser vendido para os reembolsar.

Balança comercial: A nossa balança comercial foi sempre, e tradicionalmente, deficitária nunca tendo o antigo regime lançado uma política de industrialização agrícola capaz de a melhorar.

Mas em Abril de 76, o déficit da balança comercial encontra-se agravado de forma acentuada, continuando Portugal numa enorme dependência do exterior quanto ao abastecimento de produtos essenciais o que poderá conduzir, se tudo continuar na mesma, a graves carências alimentares, energéticas e de matérias-primas.

Relações contratuais com o exterior: Depois da Revolução, numa fase de recessão económica internacional, Portugal poderia ter usufruído de vantagens especiais na aquisição de equipamentos no estrangeiro. Em Abril de 76, Portugal enfrenta, contudo a situação de ter de garantir, com pagamentos antecipados, os fornecimentos pedidos. Nos nossos fornecedores externos gerou-se grande desconfiança, não só por motivos políticos mas também porque não sabem se as pessoas com quem contratam estarão no dia seguinte na empresa para fazer respeitar os compromissos tomados e, ainda, porque se têm desrespeitado muitos contratos internacionais, quer por parte das empresas, quer pela tolerância com que o Estado o tem consentido.

Política de expansão: Nos primeiros meses da Revolução, sendo recessionista a situação económica no exterior, Portugal podia ter-se aproveitado dela para acelerar a sua política de expansão, encontrando oportunidades que em condições normais não estariam à sua disposição.

Em Abril de 76, Portugal está transformado num país que, para garantir o abastecimento e para sustentar uma economia desorganizada e anárquica, mendiga empréstimos junto dos países ditos capitalistas que tanto começou por atacar e ofender.

Vocação económica: Em 1974, e mercê da Revolução, Portugal viu abrirem-se-lhe variadíssimas portas, na Europa, na África, na Ásia, nos países do bloco socialista.

Em Abril de 76, Portugal continua sem concretizar uma única vocação e reduziu ou eliminou a viabilidade daquelas que vinha explorando com êxito. A nossa economia falida transformou-nos em parceiros arruinados de uma Europa que nos poderá dar a mão por razões políticas, mas que nos vem encontrar mais na situação de aceitar condições do que de as discutir. As nossas relações comerciais com os países do

Leste são sobretudo favoráveis para eles e tão desequilibradas para nós que a sua necessária rectificação vai ser mais difícil do que seria, se desde o início tivessem sido ajustadas em termos equitativos.

Investimento estrangeiro: Com as novas condições políticas, teria sido possível aumentar o interesse dos investidores estrangeiros pelo nosso país e escolher o tipo de indústrias a instalar de modo a fomentar actividades que não vivessem exclusivamente de uma mão-de-obra barata.

Em Abril de 76, muitos empresários estrangeiros abandonaram investimentos já feitos, deixando maquinaria e instalações sem ocupação nem reconversão possível. Os investidores potenciais deixaram de pensar em Portugal como zona viável, ao menos nas condições actuais. E alguns aventureiros internacionais farejam Portugal com intuítos especulativos, sendo em regra incompreensivelmente bem recebidos.

Poupança e bolsa: Depois da Revolução, o Estado podia colocar na bolsa uma grande parte da sua carteira de títulos, que poria termo à especulação anterior e constituiria poderoso estímulo à captação de poupanças para lançamento de novos empreendimentos produtivos.

Em Abril de 76, e para além dos graves problemas criados aos milhares de detentores de pequenas poupanças, a poupança tornou-se uma operação económica sem sentido em Portugal, tendo-se reduzido drasticamente o volume dos capitais disponíveis para investimento, sem compensação no recurso ao investimento público.

Banca e crédito: A banca comercial, apesar dos seus vícios e da sua incorrecta inserção estrutural e política, esteve em condições de cobrir integralmente o país, combatemos vícios do entesouramento e captar novas poupanças, limitando-se o volume da massa monetária às necessidades do próprio desenvolvimento económico.

Em Abril de 76, os bancos comerciais pouco mais são do que agências do Banco de Portugal, funcionando como canais distribuidores das notas emitidas pelo banco central ou como intermediários das operações de redesconto: deixaram pois de ter qualquer significado sério no mercado financeiro como motor da actividade económica. O entesouramento aumentou espectacularmente. Verificou-se uma fuga de milhões de contos para o estrangeiro. E a massa monetária aumentou de tal forma que constitui hoje um factor permanente de inflação, difícil de conter.

Procura interna: Depois da Revolução, teria sido possível fazer a procura interna aumentar de forma equilibrada e de modo a não criar pressões incontroláveis sobre a balança de pagamentos.

Em Abril de 76, o grande aumento de procura de bens de consumo tem efeitos muito sérios na nossa balança de pagamentos, agravando o déficit comercial, e vai tornar

particularmente penosa a contracção dos consumos indispensável ao aumento dos investimentos, com todas as consequências psicológicas e políticas inevitáveis.

Inflação: Em Abril de 74, a taxa anual de inflação era muito elevada e não havia qualquer política anti-inflacionista coerente esboçada. Mas teria sido possível defini-la em termos de reduzir aquela taxa para cerca de 10% ao ano, sem actuar nunca no domínio do incontrolável, nem utilizar a inflação como único modelo de acumulação de capital possível.

Em Abril de 76, a inflação sobe para mais de 20% ao ano e pode entrar, de um momento para outro, numa espiral incontrolável. A redução da produção agrícola e pecuária, adicionada à massa monetária entesourada, constituem uma mistura explosiva que espera apenas um detonador.

Nacionalizações: Em Abril de 1974, a Revolução tinha criado as condições necessárias e suficientes para se alcançar o objectivo fundamental da subordinação do poder económico ao poder político. Teria sido possível estudar, para cada hipótese, a melhor forma de conseguir aquela subordinação. Nuns casos pelo estabelecimento de mecanismos jurídicos de controle; noutros pela criação ou pelo aumento de esquemas de participação estadual em soluções de economia mista; noutros, enfim, pela municipalização ou pela nacionalização pura. Mas não seria difícil afirmar a proeminência do interesse colectivo sobre os interesses individuais, sem pôr em causa a salvaguarda da justiça, dos princípios gerais de direito e da eficiência da economia nacional.

Em Abril de 76, sofrem-se os efeitos de sucessivas vagas de nacionalizações efectuadas sem estudo prévio, sem critério e sem um mínimo de probabilidades de êxito. Nenhuma outra forma de controle ou de participação estadual foi considerada, permitindo concluir que as nacionalizações não foram uma medida ponderada de política económica, mas uma medida arbitrária de luta pelo poder.

Não foram pagas quaisquer indemnizações, como se impunha, aos milhares e milhares de accionistas lesados nas suas pequenas economias, muitas delas representando o esforço de uma vida inteira de trabalho. E as empresas, que eram prósperas e acusadas de ser mesmo demasiado prósperas, passaram todas a dar prejuízo e converteram-se em unidades tecnicamente falidas.

Reforma Agrária: Em Abril de 74, e também por efeito do impacto da Revolução, teria sido possível fazer aprovar o princípio da necessidade de uma reforma agrária politicamente aceitável, economicamente correcta e socialmente justa. Teria sido possível estudá-la com os técnicos, discuti-la com os agricultores e trabalhadores rurais, e votá-la com os políticos.

Havia condições para que essa reforma agrária corrigisse de facto os desequilíbrios existentes na repartição da propriedade fundiária, sem atentar contra o respeito devido à dignidade da pessoa humana, ao direito de propriedade e às necessidades da produção agrícola nacional.

Em Abril de 76, a reforma agrária é um factor de divisão dos portugueses e um permanente pomo de discórdia. Muitos trabalhadores rurais foram coagidos, sob a ameaça de graves represálias, a tomar atitudes que livremente não tomariam e que em consciência reprovam. Fizeram-se milhares de ocupações selvagens, de todo contrárias às leis aplicáveis e acompanhadas de actos de puro vandalismo. Delapidaram-se patrimónios, destruíram-se potencialidades e abateram-se ou venderam-se ao desbarato animais reprodutores de elevado valor. Decretaram-se regras arbitrárias e injustas sem ouvir ninguém. Favoreceu-se a diminuição substancial da produção agrícola e pecuária nacional. Transformaram-se os trabalhadores rurais em servidores do Estado, quando não em funcionários de um partido. Aterrorizaram-se os agricultores. E não se conseguiu, antes pelo contrário, obter o objectivo que devia ter sido primordial na concepção de qualquer reforma agrária - elevar o nível de vida da população rural de modo a equipará-la, em prosperidade e bem-estar, à que trabalha na indústria ou no comércio e vive na cidade. Enfim, criaram-se, no mundo rural, tensões enormes, de difícil controle e de imprevisíveis consequências políticas, sociais e económicas.

Orçamento Geral do Estado: Em 1974, o nosso Orçamento Geral do Estado estava sobrecarregado, em cerca de 40%, com as despesas militares que as guerras de Africa implicavam. A descolonização libertaria a curto prazo cerca de vinte milhões de contos anuais, que poderiam ser aplicados no desenvolvimento económico e na promoção da justiça social.

Em Abril de 76, as verbas libertadas dos fins militares foram absorvidas pelo aumento anárquico das despesas do Estado, sem que as prioridades sociais tenham sido satisfeitas. O Orçamento é altamente deficitário, prevendo-se para o ano corrente um déficit de 35 milhões de contos.

Reforma fiscal: Depois do 25 de Abril, teria sido possível lançar um processo de correcção das grandes assimetrias de rendimento, sem contudo desmotivar o trabalho, desincentivar a poupança ou desestimular o investimento.

Em Abril de 76, a percentagem das receitas provenientes dos impostos directos em relação ao rendimento nacional diminuiu e daí a proliferação dos impostos indirectos, cujo aumento não é coerente com intuítos de justiça fiscal. Por outro lado, se os grandes desníveis entre grandes e pequenos rendimentos foram muito atenuados, o certo é que se geraram novas disparidades dentro das mesmos grupos sociais. A

política fiscal que vem sendo esboçada é um estímulo à emigração dos quadros técnicos e fará sem dúvida desaparecer a poupança individual do âmbito da nossa economia.

Política de rendimento: Portugal esteve em óptimas condições para estabelecer uma política de rendimentos equilibrada e progressista, sendo notória a capacidade de aceitação de medidas de redistribuição do rendimento, que resultou do próprio facto da Revolução. E, havendo a possibilidade de contar com as poupanças dos emigrantes para alcançar elevados níveis de investimento sem reduzir substancialmente o consumo dos residentes, teria sido fácil poupar às gerações actuais boa parte dos pesados sacrifícios que em todos os países são exigidos para permitir o investimento necessário ao desenvolvimento económico.

Em Abril de 76, verifica-se que nada disso aconteceu e que se desperdiçaram oportunidades raras. A política de rendimento, em vez de se ter desenvolvido harmonicamente e dentro de critérios de maior justiça social, sofreu pressões descontroladas que geraram novos desequilíbrios e novas situações de injustiça. A aceleração da propensão ao consumo e a rarefacção da poupança para fins de investimento criaram um desequilíbrio insustentável, na repartição do rendimento nacional, entre consumo e investimento. Criaram-se disparidades de rendimento injustas dentro de grupos sociais até aí homogéneos. E reduziram-se tão drasticamente os salários dos quadros técnicos que corremos o risco de aumentar a sua emigração, em vez de fazer regressar os que primeiro partiram.

Política social: Em Abril de 74, certos aspectos da situação da economia e as novas perspectivas políticas tornariam possível o lançamento de um programa de satisfação das propriedades sociais muito ambicioso: hospitais, escolas, universidades, segurança social, habitação económica, redes de água e esgotos, electrificação, auto-estradas, transportes colectivos.

Em Abril de 76, verifica-se que a satisfação das prioridades sociais foi relegada para segundo plano. Não se efectuaram os investimentos previstos. Degradaram-se maciçamente os serviços prestados e as obras em utilização. O pouco esforço possível foi canalizado para aguentar os níveis anteriores, com escassa, senão nula, criação de novos projectos ou estabelecimento de planos para o futuro.

Emprego: A Revolução tornou possível que se entrasse num ritmo acelerado de criação de novos postos de trabalho, estacando-se completamente a emigração, senão mesmo proporcionando o retorno de muitos dos nossos emigrantes. Uma descolonização adequada teria evitado a vinda maciça de desalojados, que aumentaram muito o nível do desemprego. A capacidade financeira mobilizável tornava possível pôr o acento tónico nas indústrias de capital intensivo, propiciando

assim postos de trabalho mais especializados e com maiores remunerações, e induzindo importantes efeitos multiplicadores no crescimento industrial e nos esquemas gerais de formação profissional e mobilidade social.

Em Abril de 76, verifica-se que, entretanto, não se criaram praticamente novos postos de trabalho: o desemprego atinge proporções alarmantes. Não só não foi possível fazer regressar os nossos emigrantes, como se volta de novo a encarar a emigração (de residentes e de deslocados) como único remédio para sair do impasse. A descolonização, além do mais, agravou sobremaneira o problema do desemprego. A escassez de capital disponível e a dimensão dramática do desemprego vão agora obrigar a criar sobretudo indústrias de mão-de-obra intensiva e não de capital intensivo como teria sido possível, o que significa que os salários dos trabalhadores começarão infelizmente por não poder ser tão elevados quanto o poderiam ter vindo a ser na outra hipótese.

Métodos de gestão: Em Abril de 74, a oportunidade era excelente para em nome da Revolução sanear a corrupção, desburocratizar a administração pública e liquidar os muitos artificialismos do nosso sistema económico. Teria sido também a ocasião ótima para lançar programas e fundar escolas de gestão empresarial e administrativa.

Em Abril de 76, a corrupção não cessa de aumentar, a burocracia e a irresponsabilidade gangrenam o sistema, substituindo num ano de gestão nacionalizada os lucros excessivos de outrora pelos avultadíssimos prejuízos de hoje, e o sistema económico tornou-se mais artificial do que nunca. Por outro lado, as normas de gestão tornaram-se letra morta e os cargos técnicos têm sido preenchidos de acordo com as simpatias políticas e não segundo critérios de competência.

Produtividade e inovação: Com o 25 de Abril, a ocasião era psicologicamente oportuna para nos lançarmos a uma campanha nacional de aumento da produtividade, tentando aproximar-nos dos níveis europeus. O nosso produto nacional bruto podia ter aumentado substancialmente, colocando-nos mais perto da Europa Ocidental num momento em que aí diminuíam muito as taxas de crescimento. Tinha sido a grande oportunidade para expurgarmos os vícios ancestrais da nossa estrutura económica: eliminação das empresas marginais, alargamento da dimensão das unidades viáveis, reconversão dos sectores envelhecidos, lançamento do país na exportação, definição em inteira liberdade das novas zonas geográficas de ineteresse económico.

Em Abril de 76, conclui-se, com pesar, que nada disso aconteceu. A produtividade desceu para níveis incrivelmente baixos. O nosso produto não só não continuou a aumentar, como começou a diminuir consideravelmente. Estamos hoje mais longe ainda dos países europeus avançados. Os nossos defeitos económicos tradicionais

não foram eliminados e na maior parte dos casos têm-se agravado. Um ponto positivo, apesar de tudo. Esperemos que a travessia desta dolorosa experiência constitua uma lição, que nos evite para sempre a repetição dos erros cometidos e permita ao País encetar um caminho novo. Arduo, esforçado, cheio de sacrifícios - mas, mesmo assim, novo.

BALANÇO

Eis o balanço -claramente negativo- dos dois anos de governo de esquerda que o País suportou até agora.

Este período viu lançar, e gorar-se, a tentativa de implantação de uma ditadura comunista. Para triunfar tudo se tentou, desde os métodos totalitários do domínio político, do terror e da intoxicação psicológica, até às formas mais apuradas de destruição da economia, da cultura, da sociedade.

O Povo Português reagiu a tempo e soube dizer um não rotundo a esta tentativa frustrada. A ele se deve a defesa das liberdades ameaçadas. Foi o Povo, o povo anónimo, que as defendeu. Tinham-lhe sido restituídas, dele continuaram a ser.

Foi uma histórica vitória. Dela saíram vitoriosos, além do Povo Português no seu conjunto, os principais partidos democráticos que o representam na sua enorme maioria - e, entre eles, sem margem para dúvidas, pela tenacidade da sua resistência, pela força da sua coragem, pela honestidade da sua linha de coerência, o CDS.

Mas este período de dois anos teve também os seus derrotados. Foram eles, em primeiro lugar, os comunistas, civis e militares, que tentaram apoderar-se de Portugal por via revolucionária, antidemocrática e em muitos casos violenta - e perderam.

E foi também, embora noutra plano, a esquerda. Toda a esquerda. Aquela esquerda que a direita odeia, mas que nós, centristas, sempre encarámos como alternativa possível, admirámos como repositório de competência e respeitámos como exemplo de dignidade no sacrifício.

Essa esquerda mostrou, afinal, que não sabe governar: os seus dois anos no poder foram a queda de um mito.

**ORIENTAÇÕES
PARA QUATRO ANOS
DE GOVERNO DO CENTRO
OU TRÊS GRANDES
OBJECTIVOS NACIONAIS:
RECONCILIAÇÃO
DEMOCRATIZAÇÃO
RECONSTRUÇÃO**

TRÊS GRANDES OBJECTIVOS NACIONAIS

As eleições legislativas do próximo dia 25 de Abril vão servir para designar um parlamento e, através dele, para escolher um governo capaz de conduzir a política geral do País nos próximos quatro anos. Quem vai o Povo Português escolher para o governar até 1980?

Não, decerto, os partidos totalitários que, de mãos dadas com o militarismo gonçalvista, tudo fizeram para transformar a liberdade democrática do 25 de Abril na escravatura comunista imposta pela força à nação portuguesa.

Também não, com certeza, os partidos socialistas ou sociais-democratas que sempre fizeram parte dos sucessivos governos provisórios, exceptuando esse nado-morto que foi o V, e que tendo permitido a condução do País por uma via clássica para um socialismo de ruína, de desorganização e de mal-estar, não vão certamente ser encarregados pelo eleitorado de descobrir uma via original para abandonar o socialismo.

O Povo Português não vai aceitar o regresso ao passado, nem quer admitir a continuação do presente. Portanto, a única forma de marcar claramente as suas distâncias em relação à ditadura autoritária de direita e à incompetência desastrosa da esquerda consiste em votar numa solução nova, equilibrada e promissora, que associe à democracia pluralista a defesa dos valores tradicionais, num grande propósito de justiça social e numa apurada capacidade de solução dos problemas nacionais.

As próximas eleições vão dar, assim, ao Povo Português, a oportunidade de escolher aquilo que ele verdadeiramente merece: um governo centrista, baseado no personalismo de inspiração cristã.

Um governo CDS deverá actuar, com honestidade, dinamismo e competência, para alcançar três grandes objectivos nacionais.

Primeiro objectivo: a *reconciliação nacional*.

Já na campanha eleitoral de Abril de 1975, o CDS declarou que preconiza a construção dum Portugal novo em que caibam todos os Portugueses.

O apelo não foi ouvido e continuamos hoje a excluir da comunidade nacional a paz, o respeito, a fraternidade entre os homens.

Será que uma revolução terá de fazer-se contra alguém, não podendo antes fazer-se a favor de outrem? Será que as grandes reformas se devem efectuar com ódio de inimigos, não podendo antes ser levados a efeito com amor ao próximo? Será que a

justiça num mundo novo há-de ter um critério para a esquerda, outro para o centro e outro para a direita, não podendo antes ser igual para todos?

O CDS quer ser, antes e acima de um partido político, um movimento de reconciliação nacional. Por isso mesmo, o CDS propõe como objectivo de governo, entre outros, que seja feita justiça também às vítimas verdadeiramente inocentes do 25 de Abril, embora sabendo que uma revolução democrática tem necessariamente os seus derrotados e deve saber defender-se dos seus inimigos.

Quem são as vítimas inocentes do 25 de Abril? São os presos sem culpa formada, soltos sem desculpa dada. São os presos sujeitos à tortura e maltratados nas prisões militares. São os desalojados dos territórios africanos, sem casa, sem património e sem trabalho. São as centenas de milhar de trabalhadores desempregados, a quem o «gonçalvismo» retirou o trabalho e a quem o socialismo não consegue dar emprego. São os trabalhadores e empresários injustamente saneados, sem culpa, sem processo e sem juiz. São os professores afastados ou despromovidos dos cargos obtidos por concurso público, tal como dantes se fazia, e são os alunos impedidos por motivos políticos de ir às escolas e de fazer exames, numa discriminação escandalosa, tolerada pela complacência revoltante das autoridades. São os proprietários expropriados igualmente sem indemnização ou esbulhados das suas terras por ocupações selvagens. São os portadores de títulos e acções, privados do respectivo rendimento e eternamente à espera da compensação que lhes é devida. São os telespectadores indefesos perante a invasão de programas que ofendem a sua sensibilidade e escarnecem da sua fé. São, enfim, os melhores de todos nós - os que no exercício dos seus direitos democráticos sofreram agressão violenta e os que no cumprimento do seu dever militar trabalham em defesa da democracia, da liberdade dos portugueses e da honra militar.

O CDS não está disposto a esquecer as vítimas do regime derrubado em 25 de Abril, todos aqueles que sofreram, no silêncio, na prisão ou no exílio pela defesa da liberdade. Mas também não aceita que sejam abandonadas à sorte as vítimas inocentes que sofrem, na sua carne ou no espírito, ou pagaram com a sua vida, as injustiças e não poucos excessos cometidos durante a Revolução.

Segundo objectivo: a democratização nacional

O CDS deseja com maior sinceridade, que se implante, se consolide e se enraíze definitivamente a Democracia em Portugal. E não apenas na Constituição, nos textos legais ou nas palavras: mas sobretudo na vida quotidiana, nos costumes, no coração dos portugueses.

Para isso, o exemplo tem de vir do Governo.

O Governo deve identificar-se, no seu comportamento-político, com as próprias regras, usos e praxes duma democracia civilizada. O CDS se for governo, será por isso um governo explicativo, dialogante, responsável.

Será, em primeiro lugar, um governo explicativo. Hoje ninguém aceita de bom grado o exercício duma autoridade que não informe a opinião pública sobre os actos que pratica, que não revele os motivos das decisões que toma, ou que não comente os acontecimentos que se vão desenrolando sob os seus olhos. Por outro lado, a explicação constante constitui uma forma de pedagogia que em muito pode contribuir para alicerçar o regime democrático, pois este não é possível quando os cidadãos suspeitam, duvidam ou murmuram sem que o esclarecimento pronto e cabal venha pôr termo à especulação. Os muros da Democracia devem ser inquebráveis e transparentes: a história está cheia de exemplos a demonstrar que o vidro fosco conduz à ditadura.

Em segundo lugar, seremos um governo dialogante. A Democracia não representa apenas uma forma de designação dos governantes, constitui, também, um método de exercício do poder. Um verdadeiro democrata tem de ser um homem de diálogo.

O centro caracteriza-se, precisamente, pela abertura ao diálogo. E não é por culpa nossa, mas da esquerda, que o CDS é criticado sem se poder defender sempre da mesma forma, que o CDS não é ouvido tanto quanto merece ou que das tomadas de posições do CDS apenas são divulgadas os aspectos menos característicos e nunca as críticas mais directas. Porém, quando o CDS estiver no poder, pode a oposição estar certa de que será ouvida antes das grandes decisões a tomar pelo governo e de que será chamada regularmente a dirigir-se ao País pela televisão. Na Assembleia Legislativa o governo responderá semanalmente às perguntas dos deputados. E no campo da política económica, da política agrícola ou industrial, da política social, as principais reformas e as grandes linhas de orientação serão sistematicamente debatidas entre o Governo, os sindicatos e as organizações patronais: não haverá desnacionalizações sem que primeiro sejam ouvidos os trabalhadores, nem haverá reforma agrária sem audiência prévia dos agricultores.

Em terceiro lugar, o governo CDS será um governo responsável, isto é, um governo que responderá pelas suas decisões e que regularmente prestará contas dos seus actos. Um governo que fará publicar regularmente os seus relatórios e que divulgará as contas do Estado, das empresas públicas e das empresas nacionalizadas. Um governo, em suma, que não esconderá a verdade dos números, nem retardará com fins eleitorais a publicação das estatísticas que lhe sejam desfavoráveis. Um governo, como se vê, que pouco ou nada poderá ter aprendido com o exemplo dos governos

provisórios seus antecessores. Mas que muito terá ganho com o conhecimento da história dos principais partidos democráticos europeus e, nomeadamente, com a lição exemplar dos partidos amigos e parceiros da UNIÃO EUROPEIA DAS DEMOCRACIAS CRISTÃS.

Terceiro objectivo: *reconstrução nacional*

Portugal não sofreu, felizmente, a devastação física duma guerra. A ruína do nosso país é doutro tipo: é uma ruína económica, é uma ruína social, é uma ruína moral.

Ruína económica, porque a produção está desorganizada, o investimento parado, a inflação crescente, o desemprego volumoso, a balança de pagamentos deficitária, as reservas em divisas esgotadas e as reservas em ouro em curso de esgotamento: numa palavra, a independência económica e social posta em cheque.

Ruína social, porque se incita à luta de classes, agravam-se os antagonismo e os conflitos, substitui-se a agressividade à colaboração, instaura-se a desconfiança entre os grupos, reforça-se o poder de certas formas de enquadramento, deixando-se à mercê da sua sorte todos quantos não podem por natureza organizar a reivindicação profissional.

Ruína moral, porque o trabalho tem sido menos valorizado que o ócio, a virtude menos que o vício, o esforço menos que a preguiça, de tal forma que onde desejaríamos ter o progresso, temos a estagnação, onde estimaríamos ver arte temos pornografia e onde precisaríamos de ver um ensino eficiente e são, temos muitos compêndios escolares convertidos em manuais de propaganda marxista e muitas escolas que funcionam mal ou não funcionam, enquanto os índices de escolaridade continuam a ser, em Portugal, dos mais baixos da Europa.

E à luz destes três grandes objectivos nacionais - reconciliação, *democratização*, *reconstrução* - que o CDS apresenta ao Povo português o seu programa de governo para os próximos quatro anos.

Tanto na política externa como na política interna e na política económica e social, esses três objectivos estarão sempre presentes. Para bem de Portugal! Para bem de todos os Portugueses!

Mas de entre esses Portugueses - bom é não esquecê-lo -, situação muito particular têm os desalojados.

O CDS reconhece que há, em relação a eles, um problema de justiça moral e de opinião pública a resolver. Os desalojados não podem continuar a ser vistos, como muitas vezes são, como corpos estranhos na sociedade portuguesa. Temos de saber criar, entre os portugueses, uma ideia de profunda solidariedade e compreensão para

com os desalojados, tanto retornados, como refugiados. Não se pode continuar a consentir nas absurdas e abusivas discriminações de que são, muito frequentemente, objecto.

Mas fiel ao personalismo que enforma a sua Declaração de Princípios, o CDS tudo tentará - através da sua política externa e dos mecanismos ao seu alcance na ordem interna - para resolver os problemas específicos que atingem os desalojados, entre os quais avulta o direito de serem indemnizados pelos bens que perderam.

Fiel ao humanismo, o CDS recusará ver na solução «assistencial» a resposta aos problemas dos desalojados. Procurará, antes e sempre, criar condições que lhes permitam, tal como aos demais portugueses, aplicar em liberdade a sua iniciativa e a sua capacidade de trabalho, garantindo-lhes, assim, as vias para a sua digna subsistência.

Fiel à Democracia, o CDS procurará chamar os desalojados a uma plena participação na vida pública e na construção de uma nova sociedade, tal como os restantes portugueses, aceitando o desafio que eles constituem.

POLÍTICA EXTERNA

Portugal tem de redescobrir, na prática quotidiana e numa nova diplomacia - mais agressiva e melhor dotada nos planos humano e material um novo modo de inserção na comunidade internacional.

Somos, hoje, após quase dois anos de experiência revolucionária, um Povo «experiente». Teremos de saber tirar partido, antes do mais, do significado do nosso testemunho, dos riscos que a Europa por nossa causa correu, das consequências terríveis que, ainda por nossa culpa, resultaram para a África, para o Sul do Atlântico, para o Oceano Índico e, em geral, para o mundo da democracia livre. Porque, se os dois anos passados após a aurora de um movimento libertador, são, em grande parte, de sombras e tragédia, a verdade é que deles se podem retirar inúmeras lições que teremos de saber pôr em evidência, se não quisermos que os sofrimentos por que passámos tenham sido, apenas, um sacrifício triste e inútil. Fazer, dos nossos erros mais recentes, honestos pretextos de vantagens para o Povo português, eis uma das chaves fundamentais de uma política externa que esteja, efectivamente, ao serviço de Portugal.

Em primeiro lugar, importará que tenhamos a sabedoria de mostrar que a marcha de Portugal para a democracia, desde o 25 de Abril de 1974, foi uma enorme sucessão de exemplos práticos sobre o modo como se podem desagregar e manipular as

Forças Armadas de um País e sobre os comportamentos limites de que é capaz um partido comunista no Ocidente.

Evitar que Portugal volte a encontrar-se na situação por que passou é obrigação estrita dos que desejem preservar a democracia na perspectiva de uma sã solidariedade internacional. Evitar que outros países possam sofrer o que Portugal sofreu é prudência elementar a que devem obedecer todos os homens de Estado das nações ocidentais. Se a atitude, generosa e forte, do Povo português, ao rejeitar um totalitarismo feroz disfarçado de «democracia popular», não fôra compreendida em todas as suas consequências, a Europa terá perdido uma oportunidade única para a criação de um novo modelo, menos egoísta, mais imaginativo, mais humano e mais cooperante, de convivência entre as Nações.

Em segundo lugar, convirá lembrar que, apesar de tudo, os caminhos da África de expressão portuguesa ainda passam, de certo modo, por Portugal. O controlo soviético sobre os antigos territórios portugueses - bem evidenciado, aliás, na visita recente que lhes fez o Secretário Geral do PCP - pode ser entendida, em vários aspectos como uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Se os acordos de Helsínquia foram rasgados em Luanda, será necessário que as consequências de tal acontecimento possam ser tão limitadas quanto possível, no espaço e no tempo. É do interesse da Europa e da África que tal aconteça; é do interesse de Portugal que tal se verifique.

Mais importante e mais realista do que qualquer romântica política terceiro-mundista é, pois, o empenhamento profundo de Portugal na construção de uma Europa livre, criadora e libertadora de tutelas, pressões ou subserviências, a Leste, a Oeste e, agora também, a Sul. Portugal tem, aqui, um papel muito importante a desempenhar. A explicitação desse papel deverá ser tarefa prioritária da nossa diplomacia, no quadro da construção de uma Europa Unida, nos planos económico e político. A nossa tão urgente quanto possível adesão à Comunidade Económica Europeia é, disso, um corolário imediato e uma condição indispensável. Portugal precisa de ajuda, mas precisa, também, de criar as condições psicológicas e políticas, internas e externas, para que essa ajuda seja possível.

E nesta perspectiva, e tendo em conta estes requisitos, que se podem traçar as seguintes orientações complementares para a política externa portuguesa:

1.^a - Abertura a todos os Povos do Mundo, o que implica designadamente o estabelecimento de relações com a China Popular, e intensificação das relações com os países de regime de democracia livre, sem prejuízo da manutenção e reforço das

ligações com o bloco de Leste, designadamente com a Roménia, a Polónia e a Jugoslávia;

2.^a - Defesa da independência nacional, no quadro da Aliança Atlântica, sem subordinação dos interesses portugueses a interesses estrangeiros, procurando unicamente salvaguardar os interesses efectivos de Portugal em todos os acordos internacionais;

3.^a - Fortalecimento das relações com os povos de expressão latina, designadamente os de língua portuguesa - Brasil e Estados oriundos da recente descolonização, acautelando com exigência, fortaleza e coragem, a defesa dos interesses dos nacionais portugueses e dos direitos humanos;

4.^a - Adequação às necessidades imperiosas de recuperação económica, o que levará também, de acordo com a nossa posição geográfica e geoeconómica, ao fortalecimento dos laços com os países europeus ocidentais e os países de expressão portuguesa, para além das razões históricas e culturais que encaminham no mesmo sentido;

5.^a - Defesa dos interesses dos emigrantes portugueses, através de acordos com os países de imigração, da multiplicação dos centros de apoio e do auxílio à formação de comunidades portuguesas;

6.^a - Fomento das nossas aptidões naturais, turísticas, mercantis atlânticas e pesqueiras - lutando nomeadamente pelo reconhecimento internacional das 200 milhas de mar territorial;

7.^a - Integração nos esforços europeus naturalmente decorrentes da controversa Conferência de Helsínquia, lutando pelo acatamento dos direitos humanos nos países do bloco de Leste;

8.^a - Defesa, em relação às Comunidades Europeias, dos interesses dos povos mais pobres da periferia da Europa (de que Portugal faz parte, através de uma política de regionalização e equilíbrio económico e social);

9.^a - Defesa da paz e dos direitos humanos, nos organismos internacionais e na solidariedade com quem sofre e luta por eles e empenhamento sério em todos os esforços destinados a garantir o desarmamento simultâneo e controlado e o reforço de solidariedade em favor dos países subdesenvolvidos.

POLÍTICA INTERNA

Consolidação da Democracia

Defesa da Democracia

Alguns serão tentados, no nosso País, a dizer - e outros a explorar - que toda a crise presentemente vivida se deve à democracia. E, por isso, desacreditando da democracia, serão tentados a derrubá-la ou a apoiar quem tencione fazê-lo.

Esse é o maior risco político da crise em que os sucessivos Governos Provisórios nos lançaram. Fosse Portugal um país com tradições democráticas e já aquele risco seria consideravelmente menor, senão inexistente. É que, nesse caso, os portugueses estariam habituados à mudança de governos pelo exercício do sufrágio eleitoral e saberiam distinguir claramente o que é culpa de um governo, do que é culpa de um regime. Todavia, não é isso que sucede. A circunstância de, há cinquenta anos a esta parte, termos tido um governo para cada regime, lança a maior confusão no pensamento dos portugueses, levando-os a desacreditar dos regimes, quando desacreditam tão-só dos governos. E, o que é bem mais perigoso, a desacreditarem dos regimes, não na forma que eles realmente assumiram, mas no próprio rótulo com que pretenderam apresentar-se - isto é, por outras palavras, a desacreditarem, não do regime ditatorial ou semi-ditatorial, consoante os momentos em que, realmente, temos vivido, mas da própria democracia com que o regime pretendeu identificar-se, abusando das palavras.

Este é o risco com que deparamos. A primeira tarefa de um governo do Centro é vencê-lo e ultrapassá-lo, na medida em que, sendo um governo profundamente democrático, a existência e solidez da democracia é condição primeira para a sua própria eficácia e sobrevivência.

Importa, para isso começar, por dizer claramente, no sentido de esclarecer todos, que a caótica situação presente em nada se deve à democracia. Mas sim à ausência de democracia. Porque, com efeito, se a democracia é coisa que ainda não tivemos, ela não pode manifestamente ser responsável pelo que quer que seja.

Pelo contrário, tivesse existido democracia, tivessem tido todos os portugueses possibilidades de se exprimirem e manifestarem livremente, e nada do que se passou teria acontecido. Teriam sido menos as quimeras e as ilusões - porque teria sido mais vasto o pluralismo e, por conseguinte, teria sido maior o esclarecimento. Teriam sido menores as manipulações, os logros e as fraudes - porque, todos se podendo manifestar, estariam atentos a manobras alheias, no sentido de as denunciar pronta e

eficazmente. Teria sido maior a tranquilidade e menor o oportunismo - porque ninguém recearia, pela livre manifestação da sua consciência, o saneamento a prisão ou o exílio. Enfim, não teríamos vivido nesse clima infernal de golpe e contra golpe - porque a existência de eleições, livres para todos, e o respeito imediato da vontade nestas expressa, dotaria o regime da respeitabilidade e o Governo da coesão e da autoridade necessárias.

Não tendo isto sido feito até agora, cabe realizá-lo imediatamente, para que a democracia se conquiste e consolide, em lugar de perder-se, antes mesmo de ter nascido integralmente para todos.

Urge, assim, implantar a democracia, fazendo, designadamente, com que seja cada vez maior nível de participação dos cidadãos, dos grupos e das associações nas decisões que lhes dizem respeito: na escola, no bairro, no escritório, na fábrica, na autarquia local.

Garantias fundamentais

Importa também liberalizar o regime, para que todos adquiram, de facto, possibilidades de expressão pacífica das suas ideias e de associação em torno destas; para que não se sintam tentados ou, mais do que isso, forçados à manifestação violenta; para que ao exercício da política deixe de corresponder a perda dum emprego, a expulsão duma escola, um passaporte para o exílio ou uma ameaça de prisão.

Cabe, com efeito, liberalizar e não reprimir. Por um lado, muitas das tensões hoje existentes resultam da ausência de democracia e da circunstância de, muitas vezes, o Poder estabelecido ter proscrito ou favorecido a perseguição daqueles que mais o incomodavam, seleccionando o «pluralismo» por forma a conseguir um enquadramento político pré-determinado que o sustentasse artificialmente. Por outro lado, se a liberdade é um bem que ainda não beneficia toda a gente, nem todas as correntes políticas, é óbvio que a repressão cega, ainda que feita em nome da «democracia», restringiria cada vez mais o número de opções livres possíveis, o que nos aproximaria cada vez da ditadura e cada vez menos do regime democrático. Enfim, a liberalização do regime consolida a própria democracia, já que quando maior fôr o número de correntes políticas admitidas em convivência livre e pacífica, tanto maior será o número de defensores - solidários e não radicalmente hostis - dessa convivência e da democracia.

Por isso, se o CDS for governo, uma das suas linhas orientadoras será a da abertura. Se, durante 48 anos, a direita governou proscREVendo a esquerda e, durante 2 anos, a esquerda governou proscREVendo a direita, é chegada a altura de, em homenagem à

democracia e à liberdade, as leis impedirem que qualquer governo persiga os seus adversários com base em simples preconceitos ideológicos. Que se desarmem activamente os bandos políticos que detêm armas, sejam da direita, ou da esquerda! Que se faça justiça àqueles que, entretanto, foram proscritos e se legalizem todos os que aceitam as regras de convivência pacífica e democrática, independentemente da ideologia professada! Que se dêem a todos idênticos direitos! Que se implante o Estado de Direito!

Mas isto ainda não basta. Não chega admitir formalmente a legalização de todas as correntes políticas. Importa garantir substancialmente a livre manifestação dessas correntes políticas, sendo dever da autoridade assegurar que elas possam reunir-se no exercício dos seus direitos legítimos, sem agressões, nem boicotes promovidos por qualquer minoria mais ousada. Por isso, podem os demais partidos estar tranquilos também neste domínio, se o CDS for Governo. O Governo valerá pelo respeito integral das regras democráticas e esses partidos poderão realizar tranquilamente os seus Congressos e os seus comícios, sem receio de os verem interrompidos pela força. Ainda que essas manifestações sejam para criticar a política do Governo e do CDS, não usaremos jamais dessa arma de terrorismo indirecto do poder que é a inércia das forças da ordem perante a violação dos direitos alheios e que tantas vezes foi usada contra nós. Poderão esses partidos estar descansados que, se as suas sedes forem assaltadas, as autoridades procurarão e punirão severamente os responsáveis, obrigando-os também a indemnizar os prejuízos causados. Poderão esses partidos estar tranquilos porque o Governo os ouvirá, enquanto Oposição, antes de tomar as decisões políticas mais relevantes para o País - ao contrário do que se fez com o CDS. Poderão enfim, esses partidos, estar descansados, pois que, mesmo para criticarem o Governo, terão as possibilidades de acesso à opinião pública que cabem à Oposição em qualquer País democrático, e de que o CDS não tem usufruído.

Defesa da ordem pública

Não basta também conquistar a democracia e alargar o espaço da convivência democrática. Importa prestigiar o regime democrático, dotando-o da autoridade que faça cumprir a vontade do Povo e a garanta contra as investidas de minorias violentas, conseguindo para o Governo a coesão e a força que lhe permita desempenhar a função que lhe cabe - governar.

Essa é também a melhor forma de defender a democracia, impedindo que se concretize o risco atrás enunciado. Chamando às coisas pelos seus verdadeiros nomes e garantindo a normalidade da vida democrática, conseguiremos que os

portugueses, em lugar de se desiludirem da «democracia» - assim se tem designado a anarquia -, se desiludam desta mesma anarquia e indisciplina, as combatam e assim se motivem para a defesa e consolidação da autoridade democrática, que é condição de sobrevivência de um regime livre de soberania popular.

Com efeito, democracia não é indisciplina. Mas uma disciplina que resulta da escolha de todos - ao contrário da disciplina da ditadura, que resulta do arbítrio de alguns. Democracia não é tão-pouco desordem. Mas uma ordem assegurada pela vontade popular maioritária - ao contrário da ordem da ditadura, imposta pelo querer de uma minoria poderosa. Democracia não é, enfim, demissão do Governo e dos poderes estabelecidos perante qualquer conflito que ocorra. Mas autoridade, resultante da vontade do Povo que tem de se fazer cumprir e respeitar - ao contrário da autoridade da ditadura, que dimana da prepotência de um pequeno grupo no poder.

Nem poderá ser de outro modo, já que nenhum regime democrático resiste quando a anarquia se instala e generaliza. Ora, se a democracia porventura se caracterizasse por não ter a autoridade, a disciplina e a ordem essenciais para se fazer respeitar e conseguir o acatamento integral da vontade popular, a democracia não conseguiria existir em parte alguma.

Por outro lado, a democracia não se confunde tão-pouco com o sectarismo de múltiplas votações contraditórias. Viver em democracia é exercer a soberania popular; eleger uma Assembleia, um Governo, um Presidente; votar uma política e aprovar um programa para ser aplicado e cumprido em toda a comunidade. Democracia não é votar aqui e votar acolá. E o Povo em conjunto poder votar tudo, porque isto é que é exercer a soberania, deter o Poder, determinar o Governo. Donde resulta que, se o Povo decide uma coisa e um determinado grupo dentro dele decide coisa contrária, a vontade do Povo terá que prevalecer e fazer-se cumprir, em caso de conflito. Senão através desse sectarismo pseudo-democrático, desse corporativismo renascido em que cada grupo quer impor a todos os demais o arbítrio da sua força, estaria aberta a porta à desagregação da solidariedade social, à ruptura da sociedade, à ruína da democracia... e ao renascimento da ditadura (que sempre «redentora») viesse reunir tudo outra vez, sob o seu mando exclusivista.

Se o CDS for Governo, a democracia terá ordem, autoridade e disciplina. Porque trai a democracia e aniquila-a um Governo que não se reveste da autoridade necessária para fazer respeitar, ponto por ponto, a vontade manifestada pelo Povo.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

Não basta, porém, consagrar nos textos os grandes princípios e as grandes declarações, no tocante à liberdade e à segurança dos portugueses. Não basta

proclamar a necessidade de caminhar no sentido de conseguir uma nação livre, uma justiça independente, um país seguro. É indispensável transportar para a prática efectiva do dia a dia os valores éticos e jurídicos fundamentais que consubstanciam a moral política dum genuíno regime democrático.

Reconstrução da ordem jurídica

Impõe-se antes de mais proceder a uma revisão geral do direito português, no intuito de repensar e reformular as leis como expressão normativa dos ideais democráticos e pluralistas, à luz do humanismo personalista de inspiração cristã.

Cumpre, nomeadamente, trazer para o primeiro plano da renovação legislativa a preocupação de organizar e sistematizar a protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, quer mediante a regulamentação do seu exercício, quer através da sua valorização nos diplomas legais que de algum modo interfiram no respectivo raio de acção.

Para além disso, importa proceder, com urgência, à democratização e liberalização das bases fundamentais dos diversos ramos do Direito Público e do Direito Privado, como tarefa preliminar da necessária revisão, ou substituição, dos principais códigos em que se encontra compendiado a parte mais importante da ordem jurídica portuguesa.

Toda esta actividade legislativa deverá ser canalizada, ao menos no essencial, através da Assembleia da República, órgão normalmente competente para fazer as leis do Estado. É, no entanto, conveniente reorganizar, no âmbito do poder executivo, os serviços de apoio técnico aos trabalhos de preparação legislativa e, bem assim, às funções de produção legislativa e regulamentar que constitucionalmente pertençam ao Governo.

Reorganização do sistema judiciário

O CDS propõe-se levar a cabo uma extensa e profunda reorganização do sistema judiciário, dentro dos parâmetros contidos nos preceitos da Constituição relativos ao poder judicial.

Como finalidade primordial apontamos a defesa intransigente da independência e dignidade da magistratura. Desde as garantias necessárias ao livre exercício das suas funções, isento de ameaças e imune às perturbações da indisciplina exterior, até à revalorização da condição económica dos juizes, passando pela conveniente instituição de esquemas adequados de formação profissional e actualização de

conhecimentos, e sem esquecer a necessidade de proporcionar aos magistrados os meios de trabalho humanos e técnicos indispensáveis ao rendimento eficiente da sua actividade - tudo se fará no sentido duma transformação profunda do estatuto da magistratura.

Complementarmente, e dada a primazia que o elemento humano reveste em toda e qualquer acção política, proceder-se-á também à revisão do estatuto da advocacia e, de um modo geral, das profissões ligadas ao exercício da função judicial.

Outro aspecto imprescindível na reorganização do sistema judiciário será a revisão, de cima a baixo, do nosso direito processual - que está eivado de toda uma série de vícios que tornam o acesso à justiça difícil, lento, caro e, muitas vezes, problemático. Impõe-se, por conseguinte, simplificar as formalidades processuais, aumentar a eficácia e rapidez da justiça, embaratecer o processo e, em todo o caso, ampliar e facilitar a concessão de assistência judiciária a todos quantos dela careçam. Interessa, sobretudo, pôr o processo e o direito que o regula ao serviço da verdade material e da justa composição dos litígios, em vez de consentir que as leis adjectivas sacrifiquem farisaicamente, às conveniências formais do próprio processo em si, as necessidades essenciais da realização da justiça.

O CDS preconiza, enfim, no âmbito da reorganização do sistema judiciário, a revisão da divisão judicial do território num sentido mais descentralizador bem como a reforma dos serviços administrativos de apoio aos órgãos judiciais e dos serviços de registos e notariado num sentido de maior eficiência na administração da justiça e na administração pública do direito privado.

Combate à criminalidade e sistema prisional

Já mais atrás foi referido o empenhamento do CDS na defesa e garantia da ordem pública, como pilar de qualquer sociedade democrática que pretenda consolidar-se. Isso implica naturalmente a dignificação, a adequada capacitação profissional e o conveniente apetrechamento técnico das forças policiais e militarizadas. E implica, principalmente, a vontade política de fazer acatar a autoridade do Estado ao serviço da legalidade democrática, ou seja, por outras palavras, uma clara atitude de apoio, da parte do Governo, ao correcto desempenho das suas funções pela PSP e pela GNR.

Com elas terá de colaborar, em estreito espírito de cooperação, a Polícia Judiciária, que precisa também de ser reestruturada por forma a que sejam obtidas a independência e a eficácia necessárias ao exercício das suas funções. Tal reestruturação deverá integrar-se no quadro mais vasto de uma nova política global de

prevenção e combate da criminalidade, particularmente no que diz respeito às formas mais recentes e mais graves de delinquência antisocial.

A própria modernização do direito criminal português, a reforma do processo penal e o aperfeiçoamento do sistema prisional serão, a um tempo, novos instrumentos de luta contra a criminalidade e relevantes factores de recuperação social do delinquente. As formas de reinserção deste na vida em sociedade e o combate aos riscos de regressão merecerão cuidados especiais, à luz do humanismo personalista que inspira o CDS.

Protecção civil

Importa não esquecer, ao falar de segurança, um serviço público que se torna cada dia mais importante no conjunto das tarefas dum Estado moderno - a protecção civil. Trata-se de organizar e garantir, de forma permanente, pronta e suficiente, todas as acções directas de socorro contra incêndios, inundações, terramotos, acidentes de viação e outras calamidades públicas.

É certo que esta função de protecção civil pertence em Portugal tradicionalmente aos municípios e às organizações locais de voluntários que, sob a designação genérica de associações humanitárias se dedicam, com grande mérito e abnegação, à protecção desinteressada de vidas e bens. Nem está nas intenções do CDS, favorável como é à iniciativa privada, estatizar essas actividades.

Mas todos sabem que nem sempre tal função pode ser desempenhada com eficiência por aqueles a quem está cometida; que falta muitas vezes a coordenação necessária; e que em certos casos se torna até indispensável, como último recurso, o apelo às Forças Armadas.

O CDS propõe-se repensar globalmente o esquema da protecção civil em Portugal, adequar a sua organização às necessidades das populações e aos diferentes graus de emergência que podem ocorrer e estabelecer modelos de coordenação entre as diversas autoridades, serviços e organismos intervenientes. Isto porque a experiência portuguesa na matéria é trágica. E, para um partido personalista, como o CDS, não há desgraça maior do que a perda de vidas humanas por efeito da simples desorganização administrativa.

Administração pública

O CDS preconiza a necessidade e a urgência de extensas e profundas reformas administrativas, capazes de transformar a máquina burocrática portuguesa num aparelho moderno e eficaz ao serviço do interesse colectivo.

Essas reformas, cuja carência se faz sentir com intensidade crescente cada dia que passa, deverão efectuar-se em três planos principais: a reforma da função pública, a reorganização da administração central do Estado e a descentralização regional.

Função pública

O CDS defende para Portugal uma administração pública moderna, com o seu elemento humano dignificado e amparado pelos governantes, e por isso mesmo opta a responder prontamente às solicitações que lhe são dirigidas e a gerir em termos de eficiência o enorme sector público hoje existente.

Mas, em contrapartida, reclama como condição prévia a total neutralidade do funcionalismo em relação à política partidária, com a cessação imediata do controle ideológico dos servidores do Estado, de modo a que o recrutamento, a promoção e a disciplina dos funcionários obedeçam apenas a critérios de competência técnica, dedicação à função e probidade moral.

Há que generalizar a ideia de que a função pública constitui uma vocação profissional e não um mero exercício temporário de amadorismo ou de improvisação. Com esse intuito, importa introduzir um sistema de carreiras profissionais, actualizado e especializado, inoculando na função pública a legítima expectativa e o estímulo à ascensão na carreira, eliminando os actuais estrangulamentos que fazem de cada categoria um somatório de lugares sem qualquer esperança de promoção.

Há que aproximar e, depois, unificar os quadros de pessoal dos diferentes departamentos e serviços públicos, a fim de evitar diferenças de tratamento e de remuneração injustas e discriminatórios. E há que organizar sistemas amplos e permanentes de formação e aperfeiçoamento profissional, culminando a nível nacional na criação duma Escola de Administração Pública.

No entender do CDS, importa estimular e amparar a constituição de associações profissionais de trabalhadores da função pública, bem como assegurar a participação dos funcionários na resolução dos assuntos relativos ao seu estatuto.

Cumprе igualmente redefinir os critérios duma verdadeira política salarial da função pública, de modo a, por um lado, não deixar desvalorizar as remunerações por força da inflação e promover mesmo aumentos reais do poder de compra e, por outro lado, reduzir gradualmente os desníveis verificados entre o sector público e o sector privado e, até, entre diferentes serviços dentro do sector público.

Por último, é indispensável caminhar rapidamente para um esquema integral de segurança social dos funcionários, a qual deverá ser integral quanto aos riscos cobertos e referida à pessoa e não à função, de modo a poderem conservar-se os

direitos adquiridos ao mudar de cargo ou ao passar de sector para sector ou do Estado para as empresas. Neste esquema de segurança social se incluiria logicamente a prestação de cuidados médicos e o regime de aposentações e reformas, carecidos também de cuidada e generosa revisão.

Reorganização da administração central

O CDS considera que não se pode hesitar na adopção de medidas imediatas que conduzam à transformação dos serviços centrais do Estado num aparelho administrativo altamente eficiente. Tratando-se, porém, dum problema mais técnico do que político, não será desenvolvido neste manifesto. Duas notas apenas.

Uma para acentuar que havemos de orientar a nossa acção no sentido da desconcentração de funções e da delegação de poderes, não apenas por razões de eficácia mas também, e sobretudo, para valorizar os agentes subalternos e os serviços de periferia, chamando-os a assumir uma responsabilidade criadora e subtraindo-os à rotina das tarefas meramente executivas.

A segunda nota é a de que atribuiremos grande relevância à participação ampla dos cidadãos e seus grupos representativos na formação das decisões administrativas, bem como à simplificação e humanização das relações entre a administração pública e os particulares, que dela precisam de obter acolhimento, informações e um tratamento, justo, e não, como é costume, lentidão, formalidades e burocracia.

Regionalização

Objectivos gerais

É a regionalização um aspecto fundamental da doutrina do CDS, como consta da própria Declaração de Princípios. A regionalização, por conseguinte, não é para nós uma simples política de circunstância, mas uma definição ideológica: equilibrar o País em termos demográficos e fazer justiça às regiões esquecidas, colocando ao seu dispôr os bens fundamentais do progresso e da civilização.

O CDS é contrário aos privilégios das concentrações urbanas. O CDS combate o gigantismo das grandes cidades. O CDS contesta que o progresso se fixe em meia dúzia de pontos, marginalizando a quase totalidade do território.

Não pode tolerar-se que se tenha de emigrar para viver o progresso. Não pode tolerar-se que os cidadãos não disponham, nas terras onde nascem, dos bens e serviços característicos de uma sociedade moderna.

Por isso, o CDS é pela regionalização. Não só a descentralização administrativa, mas a descentralização total, da economia à educação. É imperioso que o progresso beneficie equitativamente todo o País. Sem o que permanecerão as desigualdades na distribuição da riqueza, derivadas dos desequilíbrios regionais e dos movimentos migratórios forçados. Sem o que os impostos pagos pelas populações rurais continuarão a contribuir, não para o melhoramento dos meios rurais, mas para o engrandecimento e a opulência relativa dos meios urbanos. Sem o que se perderão energias poderosas de desenvolvimento, eternamente esquecidas para lá das fronteiras geográficas do progresso. Sem o que continuará a desfavorecer-se os desfavorecidos e a privilegiar-se os privilegiados. Sem o que a própria democracia será inexistente, já que, confinando-se os fenómenos políticos às grandes cidades, as populações das demais regiões deles viverão quase sempre alheadas.

Importa, assim, regionalizar. E importa organizar as populações do interior do País para defenderem os seus interesses e direitos legítimos e lutarem por essa regionalização.

Descentralizar não é criar muitas delegações de serviços centrais. É criar serviços nacionais noutras zonas do País, para que Portugal não dependa para tudo de um só centro. É desenvolver as instituições autárquicas a nível de município e de região por forma a habilitar, política e administrativamente, as populações do País a resolverem os seus próprios problemas.

Descentralizar é alargar os horizontes e as fronteiras geográficas do progresso, permitindo que ele se estenda a todo o território, em lugar de se confinar ao litoral e, dentro deste, se concentrar em Lisboa. É criar e dinamizar projectos de desenvolvimento nas zonas do interior. É criar aqui novas instituições escolares e de investigação e estabelecimentos hospitalares com os devidos requisitos. É criar localmente indústrias de transformação dos produtos locais. É descobrir e desenvolver as vocações características de cada região, concentrando aí as estruturas administrativas nacionais que com elas se relacionem. É, numa palavra, criar e distribuir equitativamente por todo o País múltiplos pólos de iniciativa, de desenvolvimento, de progresso.

Para tanto, seguirá o CDS três atitudes fundamentais: primeira, de apoio às organizações regionais que se batam por estes princípios; segunda, de criação ou favorecimento pelo Governo de projectos de desenvolvimento regional e de instalação nas regiões desfavorecidas de empreendimentos modernos e de serviços nacionais adequados às suas características; terceira, de fomento do sistema de comunicação por forma a cobrir equilibradamente todo o País.

Com efeito, um sistema de comunicações mais vasto ou mais restrito, mais rápido ou mais vagaroso, influi determinantemente no equilíbrio ou desequilíbrio regional e na transmissão equitativa ou desigual do progresso.

O progresso resulta da iniciativa dos homens e da sua capacidade inventiva. O progresso tem sempre uma sede: o local onde vivem os homens que tiveram uma iniciativa fundamental para o desenvolvimento da humanidade. É daí que o progresso começa por irradiar e é aí que os homens começam a concentrar-se para aperfeiçoarem e desenvolverem a iniciativa desencadeada, bem como para usufruírem mais rapidamente dos seus benefícios.

Ora, o progresso tem tendência à expandir-se e expande-se através das vias de comunicação existentes e com a rapidez que estas permitem. Assim, são as comunicações que ditam leis nesta matéria, já que são elas que ligam os homens uns aos outros, realizam o intercâmbio de culturas, inovações é iniciativas e contagiam o progresso.

As comunicações são os canais naturais do desenvolvimento da humanidade, determinando as zonas que este abrange e a rapidez com que se expande. De tal forma que quanto mais deficientes são as comunicações, tanto mais os homens têm que emigrar para os grandes centros, agravando cada vez mais a desigualdade entre centro e periferia.

Por isso, por o progresso se fixar na confluência das vias de comunicação (onde o intercâmbio é mais rico e mais intenso) e se expandir ao longo destas, a estratégia do desenvolvimento regional passa necessariamente pela reforma do sistema de comunicações, aproveitando as tendências naturais que sejam úteis e combatendo aquelas que sejam nocivas.

Enquanto o desenvolvimento de Portugal se concentrar ao longo do eixo Lisboa-Porto, não haverá progresso equitativo e dinâmico, nem equilíbrio regional. Há que criar, então, outros pólos de desenvolvimento no interior do País e beneficiar substancialmente os eixos rodoviários e ferroviários que os liguem entre si e às regiões do litoral.

Nessa altura, importará sobretudo dirigir esforços para a faixa interior do País. Tudo o mais será induzido pelo sistema de comunicações, já que o activo intercâmbio então existente entre litoral e interior e o rápido escoamento dos produtos e das inovações do interior para o litoral (essa é a tendência natural em Portugal), levará ao desenvolvimento imediato, sem necessidade de qualquer esforço, de todas as zonas intermédias.

O progresso fica por onde passa. Por isso, a chave do problema está nas comunicações - no melhoramento das existentes e na criação das inexistentes.

Se assim fizermos, o País adquirirá por sio equilíbrio regional ambicionado. Na realidade dos factos e não só no formalismo das leis. Com isso, conseguiremos mais justiça, mais liberdade, mais progresso, mais energias, maiores horizontes. Com isso, tamanha é a desigualdade existente em Portugal, nos descobriríamos, afinal, a nós próprios.

Por isso, o CDS é pela regionalização. Já que, enfim, a regionalização criaria verdadeiramente um novo conceito de nacionalidade - um conceito assente na solidariedade e interdependência de todas as regiões do País e não mais no simples facto de se depender de uma mesma capital!

Açores e Madeira

Os Açores e a Madeira serão dotados, no quadro da Constituição, de estatutos político-administrativos-de ampla autonomia.

Esses estatutos virão a ser elaborados pelas próprias Assembleias eleitas das regiões autónomas.

O CDS que sempre se bateu para que esses estatutos pudessem ser uma nova carta de relações entre o Continente e as Ilhas declara-se intransigentemente disposto a que os povos insulares não se sintam jamais defraudados das suas legítimas aspirações autonomistas e das suas prerrogativas constitucionais de auto-governo.

O CDS não actuará jamais como se, por um lado, reconhecesse e defendesse a autonomia, e por outro, pusesse em dúvida os sentimentos de patriotismo e unidade da enorme maioria das populações insulares.

O CDS praticará em relação aos Arquipélagos uma política de abertura e realismo perante as condições específicas e os problemas que os afectam e não praticará uma política de desconfiança ou de indiferença.

O CDS continuará a defender que a integralidade dos benefícios económicos e financeiros resultantes dos acordos internacionais em que os Açores e a Madeira sejam partes directamente interessados deverão revestir em favor das próprias regiões autónomas. O CDS continuará disposto a encarar uma definição de política monetária específica para os Arquipélagos, caso seja essa a vontade expressa dos respectivos governos regionais e o interesse das populações. O CDS permanecerá numa posição de disponibilidade para a realização de consultas populares específicas sobre problemas que, de modo mais directo, interessem às populações insulares.

E o CDS afirma, sem lugar para dúvidas, que a responsabilidade da eclosão e desenvolvimento de movimentos separatistas nos Açores e na Madeira é grave

responsabilidade dos Governos Provisórios que não souberam, com autenticidade, definir e manter uma política de diálogo e realismo na análise dos problemas insulares.

Ensino

A política de educação nacional exige a correcção de múltiplas práticas inaceitáveis e o lançamento de um plano sistemático de melhoria e expansão do ensino.

Em primeiro lugar, urge estabelecer o clima de trabalho nas escolas, sem o que o ensino é inútil, senão contraproducente. Importa defender as instituições escolares daqueles que as agridem, seja por inconsciência, seja por deliberada prática política.

Em segundo lugar, há que assegurar a qualificação dos professores, condição essencial para que as escolas possuam competência pedagógica e dignidade científica. Não é fomentando a inaptidão dos professores que se consegue formar uma juventude apta a construir o progresso e melhorar o futuro. Não é desprestigiando as escolas que se as transforma em instituições úteis e respeitáveis. Não é favorecendo os professores sem preparação e desfavorecendo aqueles que a têm, que consegue elevar-se o nível do ensino e da educação. Não é deixando, meses a fio, professores sem colocar e crianças sem professores que se favorece o necessário estabelecimento de uma prioritária política de formação e utilização de pessoal docente.

Em terceiro lugar, cabe rever os próprios programas de ensino, quer para elevar a qualificação dos alunos ministrando-lhes cada vez mais cedo os conhecimentos do saber moderno, quer para eliminar o conteúdo marxista que é notório nalguns deles e garantir a liberdade política do ensino.

Em quarto lugar, urge readmitir imediatamente em todas as escolas os alunos e os professores que tenham sido «saneados» por motivos políticos, sem qualquer base legal, sem o que as escolas continuarão a ser locais onde campeia o oportunismo, a tirania e o favoritismo.

Em quinto lugar, impõe-se restituir aos estabelecimentos de ensino a moralidade que cada vez mais lhes falta, sem o que as escolas não serão instrumentos de educação, mas autênticos bordéis e locais de depravação onde se pratica a aprendizagem do vício e do crime.

Em sexto lugar, importa avaliar o real aproveitamento dos alunos, através de métodos de examinação ou de avaliação dos conhecimentos que sejam justos, correctos e efectivamente operacionais. As escolas não se fizeram para fomento da ignorância, mas, pelo contrário, para desenvolvimento do saber, das aptidões, das capacidades.

Em sétimo lugar, cabe garantir eficazmente a liberdade do ensino, quer recusando programas que veiculam uma ideologia de Estado, quer defendendo o ensino particular e religioso. O pluralismo - seja das matérias, seja das instituições escolares-é condição da própria liberdade de consciência.

Enfim, não esquece o CDS que o principal papel na educação das crianças e dos adolescentes cabe aos respectivos Pais. Pelo que, no nosso entender, as Associações de Pais deverão participar na própria gestão das escolas, fiscalizando o funcionamento destas e impedindo que se afastem daquilo que é a sua missão. O CDS considera notável o esforço que as Associações de Pais têm desenvolvido contra a degradação do sistema escolar e entende que, reconhecendo os legítimos direitos que lhes assistem, elas deverão participar mais activamente na nossa vida educativa, pressionando o seu melhoramento e impedindo que as escolas se transformem em instrumentos de degradação das consciências, contrários à cultura, à moralidade e ao progresso da civilização.

Mas tudo isso deverá integrar-se num plano estabelecido com a máxima audiência das organizações mais representativas ligadas ao ensino. São pontos essenciais desse plano:

- a) Uma política realista, com objectivos a longo prazo, de melhoria de qualidade do ensino básico e de expansão da escolaridade obrigatória, para 9 anos;
- b) O desenvolvimento efectivo da educação pré-escolar e da educação especial;
- c) O combate ao analfabetismo;
- d) A revisão completa e sistemática de todas as estruturas ligadas à educação nacional e o seu empenhamento pedagógico técnico e científico na criação de modelo efectivamente democrático, não discriminatório, regionalizado e descentralizado de administração da educação;
- e) O lançamento de acções profundas visando a formação de professores e o correcto, justo e equilibrado aproveitamento do pessoal docente;
- f) O reforço das contribuições dos Ministérios competentes no sentido do lançamento de políticas integradas em matéria de saúde escolar e de formação profissional.

Estes, entre outros, alguns pontos fundamentais a incluir num plano sério de relançamento da educação. Sem esse plano e o seu escrupuloso cumprimento, pelo menos no essencial, pelo futuro Governo e pelos seguintes, a juventude portuguesa nunca poderá ter os níveis de formação que a sua realização pessoal exige e o progresso do País necessita.

Comunicação social

Nas críticas da parte primeira do manifesto fica expressa já longa parte do pensamento do CDS.

Algumas notas, porém, convém sintetizar. Primeiro, no aspecto político. Depois, no aspecto económico.

Politicamente, um Governo CDS dedicará esforços fundamentais a garantir o pluralismo da informação e a cobertura equitativa das opiniões políticas, garantindo nos órgãos sobre controle público os direitos legítimos da Oposição, em debates públicos sobre questões de fundo, que até hoje continuam ainda afastados dos hábitos portugueses.

Por outro lado, há que garantir igualmente, no quadro geral de política de justiça a celeridade das questões judiciais relativas à Imprensa, no quadro da Constituição e da Lei, sob pena de as violações se multiplicarem e a legislação se tornar, na lentidão jurisdicional, letra-morta.

Por fim, há que proteger a independência e o profissionalismo do jornalista, impedindo que manipulações e domínios partidários ou arbítrios de outra ordem, privilegiem a subserviência sobre o espírito crítico, a dependência sobre a competência, o servilismo sobre a consciência profissional. O jornalismo incómodo é muitas vezes, quando profundo e real, o jornalismo verdadeiro, já que é ele que exprime o criticismo, o pluralismo e o espírito da verdade que devem ser atributos dos autênticos profissionais de informação. O CDS aspira uma sociedade democrática e livre e, por isso, não consentirá que a incomodidade do jornalismo seja fundamento para perseguições políticas ou económicas - a liberdade de informação e opinião são sectores essenciais da sociedade crítica e criadora que o CDS aspira; assim como o respeito e o hábito dessa mesma liberdade sem condições essenciais para a consolidação da responsabilidade profissional, sem remos preconcebidos, estreiteza de espírito ou deformações artificiais.

Por outro lado, economicamente, compete ao Governo assegurar a viabilidade financeira do sector informativo na sua dependência, não permitindo por mais tempo a acumulação inoportuna dos déficits que se tem verificado.

Duas medidas, assim, se tornam necessárias.

Em primeiro lugar, garantir a utilização integral dos parques gráficos dos jornais estatizados, os quais traduzindo um investimento volumoso, se encontram em nítido sub-aproveitamento. Assim se criariam receitas adicionais, num quadro editorial mais amplo com verdadeira dimensão empresarial, as quais auxiliariam substancialmente a cobertura dos gastos governamentais neste domínio.

Em segundo lugar, cabe naturalmente eliminar os órgãos de informação que se afigurem inviáveis, dada a proliferação de jornais que se verifica actualmente, mesmo no sector estatizado. A informação é, com efeito, também uma empresa e, como tal, deve sustentar-se a si própria pelas receitas livres que aufera, jamais através de impostos ou outro tipo de receitas públicas coercivas. Sobreviverá ou cairá, consoante servir ou não servir-esse é o império da democracia que, neste sector, é o domínio do leitor e do ouvinte, do consumidor e do utente.

É óbvio que cabe sempre ao Governo garantir o emprego dos que trabalham nos seus jornais, no quadro da defesa do direito ao trabalho. Também para isso várias soluções existem: ou o seu trânsito para o sector jornalístico privado, designadamente o cooperativo; ou a sua integração na imprensa estatizada que subsista, alargando a dimensão e a qualidade dos jornais sobreviventes, bem como racionalizando as suas condições de funcionamento e de trabalho. O que o Governo não pode, sob pena de atentar contra os princípios do serviço público, criar privilégios abusivos e prejudicar o contribuinte, é sustentar artificial e indefinidamente um leque excessivo de jornais estatizados que o público não lê, não consome, não aprecia, não absorve.

Enfim, a todo o problema da comunicação social tem estado associado o problema de cultura. Convém autorizá-los, por forma a testar cada um devidamente e no lugar próprio, preconizando o CDS a criação de um Ministério dos Assuntos Culturais, a que caiba a protecção e difusão da cultura portuguesa e dos respectivos valores característicos, bem como a dinamização das várias formas de expressão cultural, através de institutos públicos especializados, que acautelem ao mesmo tempo a liberdade de criação sem tutelas, nem paternalismo, extrínsecos à pureza da criatividade artística.

POLÍTICA SOCIAL E ECONÓMICA

Saúde e segurança social

Em matéria de política de saúde, é prioritário o efectivo lançamento do Serviço Nacional de Saúde, sem mais delongas. Este serviço deve ser organizado de forma a possibilitar o desenvolvimento de um programa de âmbito e alcance verdadeiramente nacionais, sendo igualmente acessível e igualmente eficaz para todos os portugueses. A participação concreta das populações locais terá de ser garantida de modo a que o Serviço Nacional de Saúde corresponda, efectivamente, aos interesses e necessidades de todos e, em especial, dos mais desfavorecidos.

Sem retomar aqui aspectos que se encontram amplamente desenvolvidos no Programa do CDS, interessará lembrar que, o Serviço Nacional de Saúde visará:

- *A promoção da saúde* que inclui a correcção e vigilância das infraestruturas, em ordem ao abastecimento e controlo da água potável, saneamento básico, higiene geral e combate à poluição, usando-se os meios de que o Estado e as autarquias locais dispõem e recorrendo-se à educação sanitária, através do sistema de ensino e dos meios de comunicação social.

- *Os cuidados primários de saúde* que visam a prevenção da doença, o seu diagnóstico e tratamento precoces e correctos, alargando e intensificando as tarefas tradicionalmente exercidas pelo método de família.

- *Os cuidados hospitalares*, organizados segundo o sistema de cuidados progressivos, e que, mediante a racionalização da rede hospitalar e a intercomunicação directa entre os seus vários níveis, assegure permanentemente aos doentes a diferenciação e intensidade de cuidados e serviços que a sua situação requeira. Não será possível alcançar esse objectivo sem criar muitos novos hospitais e modificar profundamente o funcionamento dos já existentes, não esquecendo que, ao mesmo tempo que se aponta para a necessidade de estabelecimento dotados de serviços altamente diferenciados e de cuidados intensivos, se aponta também para a necessidade de que haja grande mobilidade dos doentes nesses serviços, transferindo-os logo que a sua situação o permita, para outros tipos de serviços que irão até aos hospitais de convalescentes ou aos hospitais para doentes crónicos, cujos requisitos de funcionamento são completamente diversos e aonde ao mesmo tempo que são atenuadas as necessidades de cuidados médicos e paramédicos, se acrescenta a importância dos dispositivos orientados para a reintegração dos doentes no convívio e no trabalho.

- *A criação de reabilitação médica e social* que se destinará a todos os tipos de diminuídos e doentes crónicos, segundo a necessidade de cada um deles, visando a sua educação, formação, recuperação e reintegração social, através, sempre que necessário, da sua reclassificação profissional.

O Serviço Nacional de Saúde, através de uma adequada revisão dos esquemas de prevenção do seguro de doença e do regime financeiro de segurança social, passará a ser equitativo e efectivamente protector do cidadão.

Por outro lado, serão extremamente importantes as exigências de carácter científico e técnico de um Serviço deste tipo que:

- a) Não poderá funcionar sem o desenvolvimento paralelo da investigação médica e da saúde, em alta prioridade, que há-de possibilitar a pormenorização dos

seus objectivos: não se pode pôr em prática uma política de saúde sem se aprofundar o conhecimento acerca da actual situação sanitária do País;

- b) Requer profundas modificações na educação médica universitária e de pós-graduados, uma ampliação e modificações também significativas no ensino e pós-graduação de enfermeiros e a criação de carreiras sanitárias de pessoal não médico.

Paralelamente a estas exigências e à necessidade de aproveitamento intensivo das instalações e equipamento, é urgente valorizar as condições e regimes de trabalho dos profissionais de saúde. Remunerações e garantias de carreira, acesso fácil e garantias de fixação ao pessoal de mais elevada qualificação profissional, clínica ou não clínica, de maneira que haja sempre estímulos para essa qualificação e que, uma vez esta alcançada, sirva a todos a quem possa ser útil, designadamente aos doentes que dela mais possam beneficiar- são, entre outros, aspectos importantes a considerar e que aqui se recordam.

Enfim papel de relevo deverá ser dado, de uma vez por todas, à saúde escolar: um dos sectores mais efectivamente estratégicos para a melhoria de condição sanitária do País.

Por outro lado, o agravamento das condições de vida e a perigosa dilatação das margens de insegurança obrigam um governo responsável a dedicar atenção cuidada às questões da segurança social, que terá de reestruturar-se com vista à realização dos seguintes objectivos prioritários; sem esquecer a correcção de todos os erros que se foram acumulando devido à má gestão da Previdência e à incúria de empresas no pagamento das prestações a ela devidas:

- 1.º- Generalização do sistema a todos os grupos sociais, no sentido da cobertura de toda a população, activa e não activa; e sua gestão pelo Estado, com vista à criação de um sistema unificado de Segurança Social;
- 2.º- Diversificação e melhoria da cobertura existente e criação de novas formas de protecção. Elevação progressiva das prestações monetárias, visando a sua correspondência às necessidades a satisfazer ou aos salários que substituem. Actualização sistemática das pensões de reforma, de modo a fazer face ao aumento do custo de vida.
- 3.º- Criação de novas formas de protecção de grupos particularmente desfavorecidos em função de conjuntura económica de crise. Ensaio de formas de apoio diferenciado, com vista ao favorecimento da reconversão profissional de desempregados e à integração socio-profissional de desalojados das ex-colónias.

4.º - Desenvolvimento de esquemas de protecção adequada à infância e à terceira idade, mediante designadamente o favorecimento de medidas tendentes a uma correcta inserção comunitária e familiar.

5.º- Preparação da introdução do chamado imposto negativo sobre o rendimento, como forma de compensar por uma prestação pecuniária do Estado a insuficiência de rendimentos familiares para acorrer às necessidades básicas e socialmente indispensáveis no quadro de uma vida moderna. Este sistema é, de resto, particularmente importante no quadro da democracia social avançada que o CDS defende, entendendo que, como o personalismo preconiza, deve ser o Estado a servir a pessoa, mais do que a pessoa a servir o Estado.

Trabalho, Sindicalismo e Relações Sociais

O trabalho é o valor primacial de uma civilização e de uma sociedade. A protecção do trabalho, como a maior riqueza de um Povo, e um ponto fundamental do programa de um Estado democrático. Recusamos, contudo, as simplistas opções de classe que se propõem marginalizar os empresarios, gestores, comerciantes e industriais (os quais, nas melhores das hipóteses, seriam uma espécie em vias de destruição, sacrificada à edificação da utopia socialista).

Na verdade, se é ponto fundamental do programa do CDS o firme apoio às classes trabalhadoras, nem por isso adere às fórmulas maniqueistas de «exploradores» contra «explorados», que destroem a visão nacional das questões.

O CDS luta pela destruição de todas as formas de exploração, pela distribuição justa do rendimento nacional, contra o verdadeiro esbulho da riqueza do campo pelas cidades e contra qualquer forma de exploração dos trabalhadores pelos empresários. Mas não considera explorados os que ganham mais do que produzem, ou os que beneficiam de sistemas suicidas, em que se distribui em salários mais do que se produz. O CDS reafirma o valor de todas as actividades socialmente úteis: o labor dos operários e dos empregados, a inventiva dos técnicos, a iniciativa dos empresários.

Há que aceitar a luta pacífica e democrática entre empresários e trabalhadores como uma das tensões do tecido social. Mas essas tensões não devem ser um absoluto que naturalmente prejudique os desígnios nacionais, a estabilidade do sistema económico - condição de bem-estar para todos - e a democracia.

O Estado assenta num sistema de parceiros sociais, que entre si têm uma tensão útil, superável por plataformas de acordo entre eles estabelecidas. Sindicatos, Associações de Empresários e Estado terão de chegar ao estabelecimento de um

contrato com metas e meios de acção bem definidos que permitam a melhor defesa dos trabalhadores, por um lado, e da economia, por outro.

O CDS tem consciência de que a alienação de que são vítimas as classes trabalhadoras não reside já principalmente no sistema de apropriação de mais valias (pelo Estado no socialismo, ou pelo empresário no capitalismo) mas no facto de os trabalhadores terem perdido a possibilidade de influenciar os seus próprios actos e decisões na actividade em que participam. A intervenção da vontade esclarecida e livre dos trabalhadores no seio da empresa, o progressivo acesso dos trabalhadores à propriedade, o desenvolvimento da criatividade, a possibilidade de desalienação pelo descanso, são as fórmulas que parecem mais correctas para a libertação do trabalho. Nesse capítulo, a superação dos esquemas subordinativos no contrato de trabalho, a reforma da empresa e a política de lazeres serão pontos de atenção prioritária.

A reforma da empresa

Teremos de proceder a uma efectiva reforma da empresa, a partir de um largo debate entre todos os representantes dos parceiros sociais.

Para o CDS, a intervenção ampla dos trabalhadores na empresa, deverá ter conta a unidade da direcção. Rejeitamos, assim, as fórmulas daqueles que pretendem uma autodestruição da empresa, pela hipervalorização das tensões de classe no seu âmbito, ou a redução humilhante dos trabalhadores à condição proletária de vendedores simples do seu próprio trabalho.

Lamentamos que fórmulas a que poderia ter sido e poderá ser dado um conteúdo válido - como a de controle de gestão por parte dos trabalhadores - provoquem, afinal, as maiores ambiguidades, protelando-se uma definição dos seus termos, para que, à sombra de um conceito vago, se possam cometer as maiores arbitrariedades.

Consideramos que deveriam ser instituídas fórmulas jurídicas sem ambiguidades, que consagram a participação dos trabalhadores na empresa, a começar pela sua responsabilização na gestão da comunidade de trabalho da empresa (intervenção nas promoções, acesso, disciplina, despedimentos). Acreditamos que será através da intervenção amadurecida dos trabalhadores que se construirá o sentido da disciplina democrática na empresa.

O CDS proclama, portanto, a criação na empresa de um sistema de poderes que, com mecanismos de controle, de pesos e de contrapesos, permita uma verdadeira democracia industrial. O CDS bater-se-á pela efectiva constituição de órgãos próprios dos trabalhadores, no sentido da colaboração, da participação e para uma efectiva

partilha de resultados na base de um pacto de paz e progresso entre a comunidade de pessoal da empresa (empresários, técnicos, trabalhadores).

O CDS reafirma o papel do empresário na condução da empresa e procurará uma redefinição do estatuto - que não será necessariamente coincidente - de empresário e de titular do capital social. Não esquecemos, por outro lado, que as empresas estão ligadas a sociedades e que nessas é necessário privilegiar o papel dos pequenos investidores e accionistas, assim como dos consumidores. Quanto a este aspecto, merecerá a maior das atenções uma reforma do direito das sociedades, na linha da democratização do capital, da tutela dos pequenos accionistas e no sentido de uma integração harmónica no conjunto nacional de acesso do maior número à propriedade e do fomento do associativismo dos utentes de serviços ou consumidores de produtos. Não podem ser ignoradas as potencialidades próprias da vida sindical da empresa, através de comissões sindicais que se situam no plano reivindicativo - e que devem ser protegidas de qualquer comportamento lesivo ou discriminatório. Mas torna-se necessário estabelecer outra via de intervenção dos trabalhadores na empresa. As actuais comissões de trabalhadores estão vocacionadas para serem o verdadeiro órgão representativo da força de trabalho na empresa, em ordem à libertação dos trabalhadores e à assunção dos objectivos e resultados do seu trabalho. importa contudo, fixar com clareza o modo da sua eleição democrática e os processos do seu funcionamento.

Associações sindicais e patronais

Bater-nos-emos pelo rigoroso cumprimento da legislação internacional, sobretudo das convenções da O. I. T. sobre liberdade sindical, sem intervenção do Governo nos sindicatos.

Quanto às associações dos trabalhadores, não pode deixar de constatar-se que a vida sindical é hoje dominada por indesejáveis lutas partidárias.

O CDS confia, contudo, em que os trabalhadores saberão superar essa lamentável «partidarite» e encontrar o caminho da sua unidade.

Todavia, não deixaremos de afirmar que os valores mais importantes são o da coesão interna, o da defesa do direito de tendência e o da garantia da capacidade técnica e reivindicativa de negociação dos sindicatos. Sem um sindicalismo forte, aguerrido e ao efectivo serviço dos trabalhadores, não poderá haver empresas verdadeiramente progressivas.

O CDS considera absolutamente necessário garantir uma vivência democrática nos sindicatos, tarefa que incumbe aos próprios trabalhadores livremente organizados e não a qualquer intervenção exterior.

Julgamos desejável que as associações patronais se instituem solidamente para actuar em face dos sindicatos e do próprio Estado, de modo a definirem-se como um interlocutor válido nas relações sociais. Denuncia-se vigorosamente o desestímulo da legislação respectiva, que culminou com a recente lei sobre convenções colectivas que sugere (lesando, aliás, os trabalhadores) uma isenção dos encargos previstos nos contratos colectivos em relação às empresas que não adiram às associações patronais.

Relações Colectivas de Trabalho

O CDS afirma a existência dos conflitos sociais, considerando-a mesmo um poderoso motor de dinamismo da sociedade e de igualdade de oportunidades. Mas considera que se impõe a desdramatização dos conflitos e a afirmação de paz social para a reconstrução.

Pretende-se, antes de mais, o acordo dos parceiros sociais e portanto, valoriza-se decisivamente a contratação colectiva. As convenções colectivas de trabalho constituem verdadeiros contratos de paz entre os parceiros sociais, nos quais ficam contidas as condições de trabalho definidas pelos outorgantes. Não são simples «farrapos de papel» para ficarem letra morta na prática empresarial ou-para serem rasgados ao sabor de qualquer euforia reivindicativa. Para isso terão que ser efectivamente respeitadas e dotadas do suficiente estabilidade e durabilidade.

A contratação colectiva supõe negociações responsáveis, com regras de jogo estabelecidas e invioláveis, decorrendo num clima de ordem e legalidade democrática. Impõe-se que sejam definitivamente banidos os sequestros, intimidações e injúrias que têm caracterizado um processo vicioso de coacção.

O CDS considera que se devem privilegiar os meios pacíficos para resolver os dissídios laborais, pelo que se torna necessário implementar os processos de conciliação e arbitragem.

A greve tem o seu papel insubstituível, devendo ser inserida num sistema de conflitos. Constitui, porém, uma forma de pressão que só deve ser exercida depois de falharem os outros processos: constituirá pois uma defesa necessária contra o possível arbítrio, que nem por isso deve ser triunfalisticamente propagandeado como a «justa luta» da destruição das empresas e da economia.

A aceitação plena e sem reservas da greve tem como necessária consequência a proscricção dos meios ilícitos de luta laboral. Numa sociedade democrática não há lugar para o emprego de métodos violentos ou criminosos, nem para formas desleais de conflito. O CDS reafirma que a grande tarefa é ainda a de encontrar as fórmulas possíveis de uma justa paz social, superando a propaganda suicida da desestabilização.

O CDS critica todos os que procuram dar cobertura ideológica a certas greves de carácter político. Na verdade, estas greves constituem uma violação dos princípios básicos da democracia representativa, substituindo a livre decisão dos poderes oriundos do sufrágio popular pela pressão ocasional de algumas «vanguardas» sindicais.

A afirmação da contratação colectiva como base fundamental das relações de trabalho leva a valorizar decisivamente a autonomia colectiva das associações sindicais e patronais. A intervenção do Estado na regulamentação das condições do trabalho por via não legislativa deve ser muito limitada e sempre com total respeito dos estatutos determinados pelos parceiros sociais.

A intervenção do Governo nos conflitos colectivos deve centrar-se no estabelecimento das condições de uma informação básica, criando um gabinete de apoio à contratação colectiva, com dados fidedignos sobre índices de custo de vida, índices de produtividade, categorização profissional, tendências de contratação colectiva, cálculos de massas salariais, etc. Daí que se tenha de reformular, entre outras, a estatística do trabalho numa linha de competência hoje inexistente.

Política de salários

Existem hoje em Portugal injustiças gritantes na fixação salarial.

Importa resolver estas disparidades, avançando-se para o estabelecimento de grelhas salariais - como as de Parodi, em França, a seguir à Guerra -, das quais se possam extrair indicações para a hierarquização salarial, bem como permitir aumentos preferenciais para certas categorias para corrigir desigualdades e estabeleci uma tributação especial dos salários que ultrapassem as indicações das grelhas.

Impõe-se também um esforço de racionalização e justiça quanto às remunerações do sector público, cujos trabalhadores, apesar de servirem a mesma instituição, não estão dotados de um estatuto com um mínimo de uniformização e de harmonia.

No que se refere à fixação legislativa do salário mínimo nacional, teremos de garantir condições elementares de transparência dos cálculos, fazendo o Estado publicar os dados com base nos quais fixou os salários mínimos.

Enfim, a queda de produtividade que se verifica aconselha ao ensaio de fórmulas justas de remuneração ao rendimento.

Política de emprego

Para além das necessárias opções de carácter económico que devem reflectir a prioridade dos problemas de emprego, cumpre planear outro tipo de acções em ordem a uma política activa de emprego.

A política económica e a política do trabalho devem abrir-se à problemática do emprego, hoje um dos problemas mais dilacerantes com que o País se debate.

A acção pública no emprego dirigir-se-á em três sentidos principais:

- a) Estudo das disponibilidades de mão-de-obra, inventariação dos recursos técnicos, cálculo de necessidades;
- b) Promoção de emprego através de medidas colectivas;
- c) Formação profissional.

A política de emigração deve ser articulada com a política de emprego.

Quanto ao problema do desemprego, prever-se-á uma reformulação da actual política de subsídios, de modo a avançar para a inserção do risco de desemprego num esquema integrado de seguros sociais.

Condições de Trabalho

Intervenções prioritárias serão desenvolvidas nos seguintes domínios:

- a) Despedimentos, através do estabelecimento de um sistema equilibrado, em que se afirme o direito à estabilidade do emprego sem provocar situações abusivas da protecção à incompetência e à inaptidão. Deve haver o realismo suficiente para aceitar os despedimentos necessários para a viabilização das empresas, acautelando a situação dos trabalhadores excedentários com medidas adequadas, mas impedindo-se todas as formas de discricionariedade e arbítrio. O direito ao trabalho é sagrado;
- b) Política de duração do trabalho, protegendo devidamente os trabalhos penosos, fatigantes, repetitivos e insalubres. Cálculo do tempo de trabalho à luz da política de emprego e da produtividade;
- c) Protecção do trabalho de menores. Regulamentação de aprendizagem;
- d) Garantia de uma efectiva não-discriminação no trabalho das mulheres;

- e) Revisão dos títulos de exercício profissional (v. g. carteiras profissionais) de modo a assegurar a idoneidade técnica das qualificações sem risco da liberdade de trabalho;
- f) Regulamentação de alguns contratos especiais de trabalho (trabalho autónomo, marítimo, agrícola e doméstico);
- g) Socialização dos riscos profissionais (acidentes de trabalho e doenças profissionais).

Administração do trabalho

Tem de ser melhorada a imagem pública dos serviços do Ministério do Trabalho. Para esse efeito cumprirá separar duas zonas de actividade; uma tem carácter de protecção ao trabalho e à fiscalização das leis sociais; outra tem carácter mais técnico, de apoio à contratação colectiva e à resolução dos, problemas sociais.

E importante que esses serviços sejam dotados de funcionários de incontestada neutralidade partidária e competência técnica. O Ministério do Trabalho deve ser um departamento do Estado em que ambos os parceiros sociais tenham plena confiança. A magistratura laboral tem de ser prestigiada e devem proceder-se às necessárias reformas para que a justiça do trabalho seja célere e funcione completamente livre de pressões de qualquer ordem.

Enfim, cumpre sublinhar que o CDS não tem receio da força dos sindicatos ou dos trabalhadores, ou dos empresários. O CDS deseja essa força: conta com ela para o enriquecimento da vida social e como estímulo de progresso. E o CDS não tem dúvidas que trabalhadores e empresários saberão sempre alcançar os níveis de esclarecimento que lhes permitam pôr-se sempre ao lado da democracia. De modo especial, o CDS deseja afirmar a sua confiança no patriotismo dos trabalhadores, com a certeza de que estes saberão progressivamente reconhecer no programa e na prática política do CDS instrumentos de poderoso avanço para uma democracia social avançada.

Política Económica e Financeira

Cada dia que passa traz aos portugueses mais apreensões quanto ao futuro do País e, embora a vida portuguesa mantenha os traços exteriores de uma certa futilidade, os cidadãos não se iludem quanto ao significado e ao preço a pagar pela degradação progressiva da nossa actividade económica.

No espírito de todos, militares, políticos governantes, técnicos, donas de casa, trabalhadores ou estudantes, repete-se, cada dia, a mesma pergunta angustiante: - Como se sai desta situação?

Para alguns ainda, as soluções terão de passar pela repressão, pela ditadura, pelo retorno a esquemas políticos que em 25 de Abril de 1974 se pensavam definitivamente banidos da sociedade portuguesa.

Para outros, a revolução constitui uma festa, um carnaval prolongado em que todas as máscaras são permitidas. Quando se acabar, seguirão o seu caminho sem terem chegado a aperceber-se da realidade que os envolveu.

Há, ainda, aqueles que têm feito do ódio ou da paranóia os seus instrumentos de acção e que se vêem cada vez mais marginalizados por um povo que não se identificou com as frustrações pessoais ou colectivas de certas minorias.

Mas para a enorme maioria, que quer a democracia e luta por ela, a grande interrogação subsiste: - Como é que se sai desta situação?

Foi para responder a tal pergunta que não nos poupámos a esforços e, hoje, graças ao conjunto de técnicos e valores que reunimos à nossa volta, podemos afirmar que o CDS tem a alternativa democrática para 1976, também no plano económico. Uma alternativa que responde às grandes inquietações do eleitorado e pode proporcionar ao País um futuro de novos horizontes, no caminho da liberdade e da justiça social, na plena vivência da democracia, sem retorno ao passado.

Não queremos, efectivamente, o retorno ao passado nem nos queremos perder nos abismos das utopias delirantes. Propomos uma sociedade possível para um povo que existe e tem oito séculos de História: o Povo Português.

A proposta da alternativa 76, inclui, portanto, um programa global para a reconstrução da economia.

Este programa tem necessariamente de assentar num conjunto de medidas que restituam a confiança aos portugueses.

A justiça para que aponta, a paz de espírito, a tranquilidade social e material que propugna não são meras promessas feitas ao eleitorado como instrumento aliciador de votos, mas o meio mais rápido e seguro para reconstruir o País a partir dos escombros deixados pelos seis Governos Provisórios que nos têm governado desde o 25 de Abril.

A extensão dos estragos produzidos, a novidade das situações criadas, a originalidade das medidas a tomar e o enquadramento em que terão de se mover, determinaram a necessidade de elaborar um Programa Global de Reconstrução da Economia que, não cabendo no âmbito deste Manifesto, consta de outro documento, que será publicado à parte.

Elaborado sem demagogia nem obediência a figurinos estrangeiros, pressupõe o que julgamos ser uma avaliação correcta da actual situação económica e das potencialidades reais de que o País ainda dispõe para a superar.

O Programa corresponde a uma política económica global, que assenta em condições de base precisas, define objectivos prioritários, relaciona os meios para os atingir e inventaria os respectivos suportes.

Como política global que é, permite-nos afirmar concretamente o que nos propomos neste domínio. E temos a consciência de que isso corresponde aos anseios da grande maioria dos portugueses.

O que nos propomos num grande esforço de construção da nossa Economia é o seguinte:

- Discutir uma Política de Rendimentos que fixe, à partida, percentagens para remuneração do trabalho e para investimento;
- Democratizar efectivamente as relações de trabalho, exigindo que elas reflectam a vontade da totalidade dos trabalhadores e evitando manipulações fraudulentas ou demagógicas;
- Estabelecer leques salariais adaptados aos problemas do nosso país que, motivando os quadros técnicos, façam dessa motivação um factor constante de melhoria dos salários mais baixos;
- Discutir uma Política Nacional de Salários que evite oportunismos e reparta os frutos da nossa expansão económica de acordo com critérios de justiça social e não ao sabor do activismo político;
- Fazer respeitar as leis tanto pelos trabalhadores como pelas entidades patronais;
- Financiar a produção e não os salários e desta forma aumentar a produtividade e evitar que pretensos revolucionários vivam sem nada fazer à custa dos que trabalham;
- Garantir mercados às actividades produtivas em recessão, transformando os financiamentos feitos em valores activos para a Nação;
- Rever o esquema de Abono de Família e de todas as formas de salário indirecto dentro do lema: «A cada um também segundo as suas necessidades».
- Defender a nossa Balança de Pagamentos fomentando a criação de actividades que incrementem a nossa exportação ou que reduzam as importações;

- Desenvolver fórmulas atraentes de captação de poupanças que estabilizem as remessas dos emigrantes;
- Desenvolver a nossa actividade turística de uma forma integrada que facilite a implementação das infraestruturas necessárias e o total aproveitamento económico dos afluxos turísticos;
- Reorganizar frontalmente todas as nossas estruturas de apoio à exportação, impregnando-as do dinamismo e da capacidade e eficiência necessárias;
- Criar nos próximos 2 anos 250000 novos postos de trabalho;
- Definir um modelo de consumo básico, protegido em termos de preços e de abastecimento;
- Desenvolver as nossas potencialidades, tanto as que respeitam a recursos naturais como as derivadas da situação geográfica, do clima, dos solos ou de tecnologia existente;
- Banir dos nossos planos a mão-de-obra barata como factor de implantação e desenvolvimento de indústrias em Portugal;
- Aumentar a produtividade, aproximando-a dos níveis europeus e contribuindo, assim, para reais melhorias dos níveis de remuneração dos trabalhadores;
- Combater o absentismo e a indisciplina nas empresas;
- Criar uma máquina governamental que ultrapasse as burocracias e seja o elemento motor de toda a administração pública;
- Aproveitar e motivar os quadros técnicos para as grandes tarefas que os esperam;
- Incrementar o investimento para números ambiciosos, mas possíveis - 25 a 30% do Produto Nacional Bruto.
- Lançar imediatamente um amplo plano de novos empreendimentos turísticos, de instalações hospitalares e escolares, de habitações e de grandes empreitadas de obras públicas;
- Investir nos próximos 7 anos não menos de 700 milhões de contos (preços de 1976);
- Que o País possa efectuar uma longa e profunda discussão do problema das nacionalizações antes de entrar em caminhos irreversíveis;
- Um maior controlo do crédito concedido e uma grande facilidade administrativa da sua obtenção;
- Um sistema bancário dinâmico ao serviço da nossa Economia;

- Abrir imediatamente a Bolsa e pôr em prática em poucos dias as soluções justas para indemnizações, designadamente dos Fundos de Investimento Mobiliário e para a Torralta;
- Orientar o Orçamento Geral do Estado por critérios de repartição plurianuais, sectoriais e regionais;
- Lançar imediatamente esquemas de financiamento para aquisição de habitação própria que não ultrapassem 17% dos rendimentos de cada casal para habitação social e 20% para habitação média;
- Impulsionar todas as medidas de alcance social e regional que permitam o próximo nivelamento da qualidade de vida do meio rural pela das cidades;
- A suspensão dos Decretos-Leis n.ºs 406-A/76 e 407-A/75 (Reforma Agrária);
- A devolução imediata aos seus legítimos donos e/ou rendeiros de todas as terras e propriedades ilegalmente ocupadas;
- Propôr à Assembleia da República uma verdadeira e justa lei da Reforma Agrária que permita a auto-suficiência em produtos agrícolas e a integração da nossa agricultura na economia europeia;
- A rápida auto-suficiência nos principais cereais;
- Racionalizar e ajustar a utilização das terras às suas potencialidades reais sob as mais aconselháveis directrizes de índole social, económica e política, a nível tanto regional como nacional;
- Uma política de rigorosa defesa e conservação dos recursos naturais e ecológicos;
- Reforçar o associativismo sócio-profissional a todos os níveis.

Mas, muito mais que as medidas concretas e imediatas de actuação que nos propomos pôr em prática, interessa o modelo que as integra num todo coerente e representa a verdadeira, a grande resposta às preocupações actuais de sobrevivência económica de Portugal.

A falta de um modelo de viabilidade da nossa economia foi uma das características mais frisantes dos seis Governos Provisórios que tivemos.

Sem um modelo, a acção do Governo torna-se um amontoado de medidas incoerentes entre si, quando não contraditórias, que levam à descrença de um Povo e conduzem os sistemas político - económicos para situações de catástrofe.

Estes dois anos de Revolução demonstram que um País pode ir rompendo sucessivamente todas as regras de jogo e mascarar as doenças que corroem o sistema, durante mais ou menos tempo.

Pensou-se, primeiro, que seria o sistema bancário que iria gerar a grande crise por falta de financiamento às empresas, mas verificou-se que, quebrando todas as regras de liquidez da Banca, o sistema continuaria a funcionar pela injeção maciça de milhões de contos do Banco de Portugal.

Julgou-se, depois, que seria o desemprego um dos elementos de ruptura mas, criando subsídios de desemprego e proibindo quaisquer despedimentos, voltaram a iludir-se as regras fundamentais de Economia.

As empresas perderam a viabilidade económica e passaram a registar prejuízos que nos espantam, mas as injeções de crédito fornecidas pelo sistema bancário vão alimentando situações sem solução.

Em princípios de 1976 ficamos sem divisas e logo se esboçou uma crise no abastecimento, mas a hipoteca de uma parte das nossas reservas-ouro proporcionou mais uns meses de aventura económica até às eleições.

A presença dos refugiados parecia ir lançar o País numa crise social violenta mas, dando-lhes subsídios e instalando-os em hotéis conseguiu-se iludir mais uma vez uma crise iminente.

A análise de todos estes aspectos não pode deixar de nos levar à conclusão de que os Governos Provisórios lançaram Portugal numa espantosa fraude atirando para o futuro, até aos limites do incomportável, as tensões a que temos estado submetidos.

A experiência demonstrou em todo o caso que a Balança de Pagamentos e, portanto, as nossas reservas em ouro e divisas são um ponto nevrálgico que fará estacar esta louca corrida para o precipício, em que o País foi lançado por pessoas irresponsáveis.

Um País que vive sob uma enorme dependência do exterior, tanto no que respeita a produtos alimentares, como a matérias-primas, produtos energéticos e bens de equipamento, e que esbanja as suas reservas da forma como o tem feito, ou muda de rumo ou se prepara para a fome ou para a perda da independência nacional, tornando-se, velada ou abertamente, uma colónia de quem o quiser sustentar.

A ruína da Balança de Pagamentos pode paralisar uma grande parte da nossa economia e lançar as populações na fome e no desespero.

Se queremos apresentar-nos perante as outras nações de cabeça erguida e com autoridade para defendermos os nossos pontos de vista, é indispensável mantermos um mínimo de capacidade contratual.

A Balança de Pagamentos representa, assim, não só um perigoso ponto de ruptura económica como um ponto extremamente crítico relativamente à dignidade de um Povo e ao conceito de Nação.

O controlo da Balança de Pagamentos é, pois, o ponto chave do modelo que adoptámos e é em função dele que desenvolvemos todos os restantes aspectos. Isto

não invalida que consideremos outros objectivos prioritários tais como a criação de emprego, o controlo dos preços e a satisfação das prioridades sociais, mas nenhum deles será viável se não garantirmos um relativo equilíbrio das nossas contas com o exterior.

O equilíbrio da Balança de Pagamentos forçar-nos-á a estabilizar as relações de trabalho e a definir uma política de rendimentos e é com vista a esse mesmo equilíbrio que teremos de lançar em novas vias o sector agrícola e a indústria transformadora.

O turismo, a captação das poupanças dos emigrantes, a desvalorização do escudo, o nosso enquadramento geo-político, a produtividade, o controlo dos preços, a detecção das vocações do País - são pontos fundamentais do nosso futuro económico que terão de subordinar-se às exigências decorrentes da situação da nossa Balança de Pagamentos.

CONCLUSÃO

Esta a vontade do CDS: a construção em Portugal da democracia e da liberdade, na defesa das tradições que identificam o nosso Povo e a nossa cultura, no quadro de uma democracia social avançada e de uma economia social de mercado, que sejam o caminho para uma sociedade mais justa-a sociedade personalista.

Trabalhamos para Portugal e para os portugueses. Para que sejam maiores as alegrias que as mágoas; os sucessos que os fracassos; os direitos que os privilégios; a liberdade que a arbitrariedade; o bem-estar que a miséria; o progresso que o imobilismo; a justiça que a injustiça; a competência que a incompetência; a autonomia que a dependência; o saber que a ignorância.

Para tudo isto trabalha o CDS e continuará a trabalhar. E, todavia, se estas palavras sumárias que traduzem o desejo de dias melhores são porventura semelhantes às de outros partidos, a nossa doutrina, o nosso programa, os nossos métodos, são profundamente diferentes - ficaram expostos atrás, nas críticas e nas propostas.

Por isso somos a alternativa. Depois de 48 anos de direita que deram o que se sabe, 2 anos de esquerda deram o que está à vista. Daí que a alternativa esteja no centro, que é o CDS; que é a via da reconciliação, da democratização e da reconstrução; que é a única via que até hoje não se experimentou e, por isso, Portugal tem miséria e não bem-estar, tem insegurança e não tranquilidade, tem rancores e não serena liberdade. E natural que outros anunciem idênticas intenções. Mas os actos estão à vista e os resultados também. Anunciar, agora, intenções diferentes das que tiveram e praticaram até hoje não deve levar ninguém a hesitar, além de que revela, afinal, o auto-reconhecimento dos erros cometidos - de que se falhou o objectivo; de que se falhou o caminho.

A esquerda não sabe governar: há pois que mudar de governo. Já que quem criou a crise dificilmente pode resolvê-la: insistir no mesmo governo seria perpetuar a crise generalizada que nos aflige.

Mudar de Governo é o que se impõe! Quanto mais tarde os portugueses o fizerem, mais tarde terão o que ambicionam e o que merecem.

O CDS é, no início da campanha eleitoral, a alternativa 76. O CDS será, no dia das eleições, a escolha 76.

Será esse o voto do eleitorado - para a reconciliação dos Portugueses consigo próprios.

Será esse o voto do eleitorado - para a democratização da vida, do Estado e da sociedade portuguesa.

Será esse o voto do eleitorado - para a reconstrução de Portugal, na paz, na liberdade, na justiça e no progresso.

O Centro vencerá!